

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**COMPLEMENTO DE LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E  
ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO**

**TEMA DO TRABALHO:**

**OS EFEITOS DA ALTERAÇÃO DA BASE DE INCIDENCIA DO  
IVA NOS BENS E SERVIÇOS COM PREÇOS FIXADOS PELA  
AUTORIDADE ADMINISTRATIVA – O CASO TRANSCOR SV,  
SA.**

**Zenaida dos Santos Duarte - N° 12.1524**

**Mindelo, Maio 2014**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**COMPLEMENTO DE LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E  
ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO**

**TEMA DO TRABALHO:**

**OS EFEITOS DA ALTERAÇÃO DA BASE DE INCIDENCIA DO  
IVA NOS BENS E SERVIÇOS COM PREÇOS FIXADOS PELA  
AUTORIDADE ADMINISTRATIVA – O CASO TRANSCOR SV,  
SA.**

**Zenaida dos Santos Duarte - Nº 12.1524**

**Orientador: Dr. Adelino Fonseca**

**Mindelo, Maio2014**

*“Sábio é aquele que conhece os limites da própria  
ignorância”*

*“ O amor não é um Deus, nem um imortal, e sim um  
grande demónio ”*

*Sócrates*

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho aos meus filhos que eu amo muito, Bruno e Andréa, pelo apoio incondicional e pelo incentivo para continuar os estudos.*

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho teve a colaboração de várias pessoas, às quais quero expressar os meus sinceros agradecimentos:

À minha família, em especial aos meus filhos Bruno Jorge e Andréa Simone e a minha irmã Fátima Nascimento pelo apoio e pelo amor e carinho sem os quais não alcançaria este objectivo.

Ao meu orientador, Dr. Adelino Fonseca, pela paciência, amizade, dedicação, empenho e disponibilidade com que me acompanhou na realização deste trabalho. Pelas palavras de motivação, pelas sugestões e pela partilha de conhecimento.

À minha colega e co-orientadora Honorata Mendes pela ajuda prestada.

Às amigas Fernanda Monteiro, Rute Rosário e Maria do Céu Fonseca pela ajuda constante, pela troca de experiências durante este processo e principalmente pela amizade demonstrada nas horas difíceis.

Ao meu amigo Hernany Fortes, pelo carinho e pela total paciência e disponibilidade em ajudar na formatação do trabalho.

Aos professores do ISCEE pelos conhecimentos transmitidos.

Um agradecimento especial aos directores da Transcor – SV, SA, Sr. Eng. Luis Gonzaga e Sr. Manuel Monteiro pelo apoio e cedência dos dados para elaboração da parte prática do trabalho e a todos aqueles que demonstraram prontidão em responder os questionários.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram de forma directa e indirecta, para a conclusão de mais esta etapa da minha vida.

A todos o meu muitíssimo obrigado!

## **RESUMO ANÁLITICO**

O objectivo do estudo realizado consistiu em analisar os efeitos da alteração da base tributável em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA - no que diz respeito aos bens e serviços com preços afixados por entidade administrativa, nomeadamente o serviço de transporte público de passageiros prestado pela empresa Transcor SV, SA.

Além de uma abordagem teórica e conceptual dos impostos estabelecidos em Cabo Verde e uma explicação dos principais aspectos relacionados com a tributação do consumo, o trabalho inclui um componente prático importante na medida em que o objectivo central foi de avaliar eventuais impactos que a alteração do IVA eventualmente provocou na posição financeira da empresa e no hábito dos utentes do serviço. O estudo mostrou que as alterações introduzidas foram desastrosas para o desempenho e posição financeira da empresa.

Foram inquiridos alguns utentes da empresa e outras que alteraram o uso dos serviços a partir do ano de 2013. Foi realizado uma entrevista com os directores da empresa para saber a opinião deles sobre o assunto ao mesmo tempo que se analisou as contas da empresa para avaliar se as alterações tiveram ou não impacto no seu desempenho.

O trabalho foi preparado com base em consulta bibliográfica especializada, na legislação vigente em Cabo Verde e análise dos mapas contabilísticos da referida empresa. O trabalho inicia-se com conceito do imposto no geral, passando pelo do IVA e seu enquadramento legal.

**Palavras-chave:** base tributária do IVA; Transcor, S. V., SA; alteração;

## **ABSTRACT**

The aim of the study was to examine the effects of changing the tax, according to the Value Added Tax Regulation - VAT - regarding to goods and services with prices posted by the administrative authority, including the service of the public transport passengers provided by the company Transcor SV, SA.

Apart from a theoretical and conceptual approach taxes established in Cape Verde, and an explanation of the main aspects related to taxing consumption, the work includes an important practical component as far so to the central objective, that was to evaluate the possible impacts that the change of VAT eventually resulted in the company's financial position, and also in the habit of service users. The study showed that the changes were disastrous for both, performance and financial position of the company.

Some users of the company services were interviewed, and others who have changed to other company services in 2013. There was also an interview with the directors of the company and, it was conducted to find out their opinion on the subject and at the same time, made an analysis of the accounts of the company to know if the changes had or not an impact on their performance.

The work was based on a bibliographic specialised on current legislation in Cape Verde, and an analysis of the accounting records of this company. The work begins with the concept of tax in general, through the VAT and its legal framework.

**Key-words:** Value Added Tax regulation, Transcor, SV. SA (**limited company**), Changing

## ÍNDICE

DEDICATÓRIA .....	I
AGRADECIMENTOS.....	II
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VII
LISTA DE ANEXOS.....	IX
INTRODUÇÃO .....	1
<i>Objectivos do trabalho</i> .....	3
<i>Estrutura do trabalho</i> .....	3
<i>Metodologia utilizada</i> .....	4
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL DO TEMA.....	6
1.1 Teoria Geral do Imposto .....	6
1.2 O sistema tributário Cabo-verdiano .....	8
1.3 O Papel da Contabilidade enquanto suporte de imperativos fiscais .....	16
CAPÍTULO II – O IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO - IVA .....	18
2.1 Conceito, origem e característica.....	18
2.2 Directiva do IVA .....	21
2.3 Valor Tributável .....	25
2.4 Taxas .....	26
2.5 Deduções .....	27
2.6 Obrigações do Sujeito Passivo .....	30
2.7 Regime especiais .....	33
2.8 Os Reembolsos .....	36
2.9 A fraude e a evasão fiscal em sede do IVA.....	37
2.10 A neutralidade do IVA.....	38
CAPÍTULO III – RECONHECIMENTO DE RÉDITO E A RELAÇÃO COM A LIQUIDAÇÃO DO IVA.....	40
3.1 Conceito e definições .....	40
3.2 Objectivo e âmbito da norma .....	41
3.3 Reconhecimento .....	41
3.4 Mensuração .....	44
3.5 Divulgações .....	44
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA PROCURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA TRANSCOR, SA .....	46
4.1 A fixação das tarifas e o seu controlo .....	46



4.2 Resultados do inquérito.....	47
CAPÍTULO V - ESTUDO DE CASO TRANSCOR, SV, SA.....	51
5.1 Metodologia para estudo de caso.....	51
5.2 Apresentação da empresa.....	52
5.3 O IVA nos produtos e serviços prestado pela empresa.....	53
5.4 Análise económica e financeira dos efeitos ocorridos com a alteração introduzidas no IVA em 2013.....	54
5.5 Principais conclusões do estudo do caso.....	62
CONCLUSÃO.....	64
BIBLIOGRAFIA .....	65
ANEXOS.....	71

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ARE** - Agência de Regulação Económica

**BO** – Boletim oficial

**CIVA** - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

**DCI** - Direcção das Contribuições e Impostos

**DGA** – Direcção geral das Alfandegas

**DGCI** – Direcção geral das contribuições e impostos

**IUP** - Imposto Único sobre o Património

**IUR/PC** - Imposto Único sobre os Rendimentos de Pessoas Colectivas

**IUR/PS** - Imposto Único sobre os Rendimentos de pessoas Singulares

**IVA** - Imposto sobre o Valor Acrescentado

**NIF** – Numero de Identificação Fiscal

**NRF** – Normas de Relato Financeiro

**ONGs** – Organizações não-governamentais

**PCA** - Presidente do Conselho de Administração

**PCCS** – PLANO, CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS

**RIUR** - Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos

**S A** – Sociedade Anónima

**SISA** - Imposto sobre Transmissão Imobiliária

**SNCRF** – Sistema de Normalização contabilístico e do Relato Financeiro

**SRMB** – Serviço Central de Registo de Mecenias e dos Beneficiários

**SV** - São Vicente

**TCUP** - Transporte Colectivo Urbano de Passageiros

## **LISTA DE QUADROS E FIGURAS**

### **QUADROS**

Quadro I – Fases do IVA durante os ciclos de Produção a Consumo .....	19
Quadro II – Produto com preços fixados por Autoridade Administrativa .....	27
Quadro III – Balanço comparado da empresa nos últimos 4 anos .....	56
Quadro IV – Demonstração de Resultados comparado da empresa nos últimos 4 anos	57
Quadro V - Indicadores Económicos e Financeiros da empresa .....	58
Quadro VI – Comparação do IVA nos anos 2012 e 2013.....	61
Quadro VII – Reembolso do IVA últimos 4 anos .....	62
Quadro VIII - Apuramento do resultado fiscal.....	72

### **FIGURAS**

Figura 1 – Processo do IVA .....	29
----------------------------------	----

## LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Apuramento do resultado fiscal.....	72
Anexo II – Despacho nº 8/2006 Regulamento preço e tarifas.....	73
Anexo III – ARE ajusta preços de tarifas conforme nova base de incidência do IVA...	74
Anexo IV - Guião questionário .....	75
Anexo V – Organigrama da empresa.....	77
Anexo VI – Pedido do reembolso do IVA à DGCI .....	78
Anexo VII – Extracto de entrevista da Senhora Ministra de Finanças de Cabo Verde ..	79

## INTRODUÇÃO

Para financiar as suas despesas o Estado conta normalmente com varias fontes de receitas sendo os impostos, muitas vezes, considerada a principal fonte.

Os impostos que mais proporcionam receitas para o Estado em Cabo Verde é o Imposto Único Sobre os Rendimentos – IUR e o Imposto Sobre o Valor Acrescentado – IVA.

O IVA tributa o consumo nas suas diversas fases, razão pela qual é considerado um imposto plurifásico e o facto de tributar o consumo acaba por introduzir um sentido de justiça na logica de quem mais consome mais deve pagar. Não sendo os consumidores finais as empresas muitas vezes desempenham o papel de “cobradores” do Estado pois a lei determina que devem ser elas os sujeitos passivos do imposto. Neste sentido, elas são obrigadas a liquidar o imposto (sempre que houver consumo ou transmissão onerosa de bens e serviços) e entregar o valor ao Estado.

Considerando os condicionalismos inerentes ao país (com fracos recursos naturais, com uma dispersão geográfica que muitas vezes encarecem os custos de produção) o Estado entendeu como politica fiscal contemplar algumas variantes em relação a outros países onde este imposto já era aplicado. Como exemplo podemos referir o seguinte:

- Taxa única (na altura 15% sobre a base tributária, e que continua a vigorar actualmente);
- Excepções: (i) Taxa de 6% para a actividade turística e equiparada e, (ii) Subsidação cruzada para os produtos com preços afixados por autoridade administrativa mais concretamente para a energia, água, combustível, transporte marítimo e terrestre de cargas e passageiros e comunicação fixa.

A ideia, na prática, concretizou-se em aumento da base tributária para alguns produtos (p.e. Gasóleo e Gasolina que viram a sua base tributaria aumentar em mais de 150%) e redução da base tributária de outros considerados mais “sensíveis” ao consumo como sendo a electricidade, água e transporte de passageiros<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Esta política fiscal foi revogada pelo novo código do IVA de Janeiro de 2013.

A lei que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013 também aprovou a alteração deste paradigma descontinuando a prática de subsidiação cruzada do imposto para aquelas categorias de produtos e serviços com excepção do gaz butano.

O Governo entendia que, além de simplificar os processos administrativos, visava repor o sentido de equilíbrio e justiça do imposto pois os pressupostos iniciais deixaram de justificar.

Por outro lado, e considerando que o IVA para as empresas tem apenas um efeito financeiro e monetário, o Estado considerou que esta alteração (que na pratica representou um aumento de custo de alguns produtos / serviços para o consumidor final) não traria qualquer impacto a nível do desempenho das empresas. Muitas foram as vozes discordante de tal ideia sem que houvesse estudos profundos e concretos para justificar tais posições. Encontramos nesta situação uma oportunidade de estudo. Neste sentido, decidimos abordar num estudo monográfico o tema “OS EFEITOS DA ALTERAÇÃO DA BASE DE INCIDENCIA DO IVA NOS BENS E SERVIÇOS COM PREÇOS FIXADOS PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA – O CASO TRANSCOR SV, SA.”

A focalização numa empresa de transporte terrestre de passageiros resulta da nossa convicção de que os efeitos desta alteração nas contas da empresa não se resumem apenas a questões monetárias e financeiras.

Iniciamos o estudo com a seguinte pergunta: Que efeitos as alterações da base tributável do IVA nos produtos com preços fixados por autoridade Administrativa tiveram na posição financeira e económica das empresas?

Estamos convencidos de que no final do trabalho o leitor terá encontrado neste trabalho uma resposta adequada a esta pergunta e fundamentos técnicos que ultrapassam os meros argumentos esgrimidos por uns e por outros relativos a impactos (ou não) na posição financeira e económicas das empresas.

### ***Objectivos do trabalho***

O objectivo geral do trabalho é analisar o impacto das alterações da base tributária do IVA, introduzido com aprovação da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2013, nos produtos com preços fixos pela autoridade administrativa. Em resultado da análise estaremos em condições a averiguar a manutenção ou não da neutralidade do imposto em relação a alteração da base de incidência.

Em termos específicos, pretendemos ao longo do trabalho, verificar:

- Se o aumento dos preços ocorrido no serviço prestado pela TRANCOR SV, SA. (transporte terrestre de passageiros em ambiente urbano) teve impacto apenas a nível monetário e financeiro conforme foi comunicado na altura da aprovação da lei ou se também influencia o desempenho da empresa;
- O impacto do aumento da base tributária do IVA (que ditou o aumento dos bilhetes e os passes emitidos pela TRANSCOR SV, SA.) na procura destes serviços por parte dos utentes.

### ***Estrutura do trabalho***

A parte introdutória do trabalho será dedicada a apresentação e justificação do tema, a definição dos objectivos e conteúdo, a metodologia e principais conclusões apuradas.

Para o desenvolvimento do tema seguiremos a seguinte estrutura de trabalho:

No primeiro capítulo faremos o enquadramento teórico e conceptual do tema onde falaremos no conceito do imposto, a evolução, o papel da contabilidade enquanto suporte de imperativos fiscais e o sistema tributário cabo-verdiano.

No segundo capítulo falaremos sobre o IVA, o seu conceito, a sua origem, a directiva, o processo de liquidação e cobrança.

No terceiro capítulo, faremos uma abordagem ao reconhecimento do rédito e a sua relação com a liquidação do IVA.

Os capítulos seguintes serão dedicados ao estudo de caso. Desta forma no quarto capítulo analisaremos o comportamento da procura dos serviços prestados pela Transcor SV, SA. Com base na aplicação de um questionários para no quinto capítulo apresentarmos a empresa, descrevermos o processo do IVA nos serviços prestado pela empresa e analisarmos as demonstrações financeiras nos momentos antes e depois das alterações no IVA. Da análise dos quadros estamos certos, encontraremos respostas para a questão de partida.

Concluiremos o trabalho resumindo as principais constatações encontradas durante a elaboração do mesmo, falaremos de possíveis constrangimentos encontrados e aproveitaremos a oportunidade para tecer as recomendações que se mostrarem pertinentes.

### ***Metodologia utilizada***

Para elaboração do referencial teórico do trabalho, recorreremos, numa primeira fase, ao método bibliográfico, que permitiu, através de consulta a livros, manuais, teses, artigos, jornais e outros documentos de fontes electrónicas, reunir informações importantes sobre os impostos praticados pela lei em Cabo Verde. Baseamo-nos ainda na pesquisa documental, analisando a legislação fiscal e contabilística que nos permitiu determinar e classificar as diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade, no apuramento de resultados.

A abordagem utilizada nesta pesquisa é quantitativa, pois utilizamos fontes de conhecimento existentes para a elaboração do trabalho, empregando instrumento estatístico na elaboração do mesmo.

Relativamente aos objectivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, pois visa um melhor entendimento dos conceitos relacionados com os impostos e descrição do tratamento previsto pela legislação.



Utilizamos como técnica de pesquisa, a entrevista e questionários.

# **CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL DO TEMA**

## **1.1 Teoria Geral do Imposto**

### **1.1.1 Conceito de Imposto**

Imposto é uma retenção obrigatória e sem contrapartida, em objectos ou em dinheiro feita pelo Estado sobre as pessoas físicas ou moral em vista da cobertura das despesas públicas.

O imposto<sup>2</sup> é uma prestação pecuniária, definitiva e unilateral, a favor de uma pessoa colectiva de direito público, para a realização de fins públicos e que não constitui sanção de um acto ilícito:

- É uma prestação, pois integra uma relação de natureza obrigacional e não de carácter real;
- É pecuniária, ou seja, concretizada em dinheiro;
- É definitiva, porque não dá lugar a qualquer reembolso, restituição ou indemnização;
- É unilateral, ou seja não lhe corresponde qualquer contraprestação específica a favor do contribuinte<sup>3</sup>.

### **1.1.2 Evolução**

O primeiro sistema de tributação conhecido foi o do Antigo Egipto por volta de 3000 – 2800 aC, durante a primeira dinastia do Antigo império. Os registos documentais do período, afirmam que o faraó realizava uma excursão bienal em todo o reino, com a cobrança de receitas fiscais dos seus súbditos. Outros registos conhecidos são recibos de celeiros reais pela compra de cereais de calcário e de papiros.

---

<sup>2</sup> Bras Teixeira, Princípios de Direito Fiscal – Coimbra, 1985

<sup>3</sup> José Casalta Nabais, Direito 2ª Edição – Almedina (2004)

Registos sobre o princípio da tributação também são descritos na Bíblia. Em Gênesis, capítulo 47, versículo 24, onde podemos encontrar a seguinte afirmação:

*“Há-de ser, porém, que no tempo as colheitas dareis a quinta parte ao Faraó, e quatro partes serão vossas, para semente do campo, e para o vosso mantimento e dos que estão nas vossas casas, e para o mantimento de vossos filhinhos.”*

Mais tarde, no Império Aqueménida, um sistema fiscal regulado e sustentável foi introduzido por Dario, o Grande em 500 a C, sendo que o sistema de tributação persa foi adaptado para cada satrapia. Às vezes havia diferentes impostos entre 30 satrapias do Império sendo que cada uma foi avaliada de acordo com sua suposta produtividade. Era de responsabilidade do sátrapa a recolta do montante devido e enviá-lo ao imperador, logo após a dedução de seus gastos. As quantidades solicitadas a partir de várias províncias deram uma imagem vívida de seu potencial económico.

Para a Índia, uma província com uma grande produção de ouro, foi determinado o fornecimento de pó de ouro em grande quantidade. O Egipto, considerado o celeiro do Império Aqueménida, foi obrigado a fornecer 120 mil medidas de trigo, além de 700 talentos de prata. Em contrapartida nenhum cidadão Persa ou Medo pagava imposto, contudo eles estavam sujeitos à, em qualquer momento, serem chamados para servir no exército.

Mais tarde, na Índia sob domínio islâmico, os governantes determinaram a cobrança do jizya (um imposto sobre os não-muçulmanos), a partir do século XI, sendo que este anos mais tarde foi abolido por Akbar.

Há vários registos de cobrança de impostos na Europa desde o início século XVII. Mas os níveis de tributação são difíceis de comparar: sua dimensão e o fluxo económico por eles gerado e os números da produção da época não são disponíveis.

Durante o período da Revolução Francesa, as alíquotas cobradas na Europa aumentaram drasticamente e na medida em que a guerra civil se prolongava e ficava mais cara, os governos europeus se tornaram mais centralizados e adeptos de recolhimento de

impostos. Este aumento foi maior na Inglaterra, em que a carga tributária aumentou cerca de 85% durante este período. As receitas per capita de impostos cresceram quase seis vezes ao longo do século XVIII, mas com o crescimento económico estável houve um ónus real muito grande para cada indivíduo.

Em Cabo Verde a tributação dos rendimentos dos trabalhadores era feita na base de 3 Impostos: Profissional, complementar e selo. Com a reforma fiscal em 1995 os impostos profissional e complementar fundiram-se e deram lugar ao Imposto Único sobre os Rendimentos das pessoas singulares, visando assim uma diminuição das desigualdades. O imposto de selo foi revogado.

A tributação das empresas através do imposto industrial, também passou a Imposto Único sobre os Rendimentos das pessoas colectivas, incidindo fundamentalmente sobre o rendimento real.

O SISA, o imposto Sucessório e a Contribuição Predial Autárquica, fundiram-se, dando origem ao IUP.

## **1.2 O sistema tributário Cabo-verdiano**

Por gozar de uma estabilidade sociopolítica e cambial, Cabo Verde é hoje um país aberto ao investimento externo. No plano fiscal, a ordenação jurídica Cabo-verdiana sofreu uma reforma profunda, tendo como principal destaque, no ponto de vista de alguns investidores, a entrada em vigor da Convenção para evitar a Dupla Tributação em sede do Imposto Único sobre os rendimentos e prevenir a evasão fiscal, celebrada entre Cabo Verde e Portugal, em Dezembro do ano 2000. Esta Convenção diminui de forma significativa algumas dificuldades de investimento causadas pelo fenómeno da dupla tributação, principalmente os relacionados com a tributação dos rendimentos. A Ministra das Finanças ainda há poucos dias referia a um longo processo de transformação do ambiente fiscal em Cabo Verde iniciado em 2008 e espera ver

concluída em 2014 com a aprovação de novos códigos do imposto sobre os rendimentos.

Ela referia a quatro pilares que suportaram esta transformação que iniciou pelo ajustamento do código do imposto de selo em 2009 (eliminando uma situação de dupla tributação em sede do Imposto do Selo e do IVA). O segundo passo foi a reunião num único código de todos os benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Cabo Verde alterando a lógica de contribuir muitas isenções ao investimento externo em detrimento do nacional. Em 2012 foi aprovado os códigos do processo tributário e execução tributária. Em 2013 foi a vez de reformatar o Regulamento do IVA (passando a ser um código) e introduzido pela primeira vez em Cabo Verde possibilidade de declarações electrónicas. Espera-se que em 2014 o mesmo acontece com o regulamento do IUR que tem quase 20 anos de existência.

De forma breve passamos a descrever os principais impostos existentes em Cabo Verde.

### ***1.2.1 Imposto Único sobre Rendimentos – Pessoas Colectivas (IUR/PC)***

O Regulamento deste imposto estabelece que os contribuintes sujeitos ao IUR/PC são as sociedades nacionais ou estrangeiras, as empresas públicas e demais pessoas colectivas de direito público ou privado que tenha sede ou direcção efectiva ou domicílio fiscal em território nacional cabo-verdiano; as empresas ou equiparadas a empresas, não residentes com estabelecimento estável em território nacional.

São tributados pelo método de verificação a uma taxa única (presentemente de 25%) e são obrigados a organizar e manter uma contabilidade que prepara a informação contabilística de acordo com os princípios estabelecidos no SNCRF.

De modo resumido apresentamos as principais obrigações declarativas e contributivas que estes contribuintes estão sujeitos:

- Declaração de início, alteração ou cessação de actividades, (modelo 110);
- Pagamento do IUR/PC em Janeiro, Maio e Setembro com as percentagens a volta de 30, 50 e 20% respectivamente;

- Obrigação de reter o IUR/PS sobre os rendimentos postos a disposições de outras pessoas e entrega-los nos cofres do Estado até o dia 15 do mês seguinte;
- São obrigados a entregar nos meses de Março os modelos 111, 112 e 113 referente aos rendimentos postos a disposição de trabalhadores e prestadores de serviço durante o ano anterior;

### ***1.2.2 Imposto Único sobre Rendimentos – Pessoas Singulares (IUR/PS)***

Aplica-se a todas as pessoas físicas, residentes ou não no território cabo-verdiano, que nele obtenham rendimento.

O IUR/PS incide sobre o valor global anual de trabalho dependente e/ou independente, incluindo pensões e rendas temporárias ou vitalícias. A tributação é feita pelo método declarativo e por prévia retenção na fonte consoante o escalão e categoria dos rendimentos.

Os profissionais liberais são também sujeitos passivos de IUR se estiverem envolvidos em actividades de carácter contínuo ou esporádicos, com um valor superior ou igual a 5.000\$00 cabo-verdianos.

São obrigados a entregar o modelo declarativo de rendimento anual 112 devendo nele estar incluído claramente as seguintes informações:

- Situação Civil;
- Totalidade dos rendimentos recebidos durante o ano;
- Retenções na fonte feitas durante o ano;
- Agregado familiar (confere direito a uma dedução de 25.000\$00 para cada filho menor de 18 anos com máximo de 100.000\$00)
- Justificativos de despesas que contribuem para a redução da matéria colectável como sendo (i) Renda com a habitação (que contribui com uma redução de 80% do valor dos recibos de renda de habitação com o máximo de 240.000\$00), (ii) juros e encargos de dívidas constituídas para melhoramento, construção ou aquisição de residência permanente até o máximo de 240.000\$00, (iii) recibos dos profissionais liberais (que contribuem com uma redução de 40% até o máximo de 80.000\$00), (iv) despesas com educação (que contribuem com uma

redução de 80% até o limite de 300.000\$00), (v) pensões impostas por decisão do tribunal (com o máximo de 80.000\$00) e ainda (vi) outros justificativos que comprovam invalidez permanente, despesas com aquisição de equipamentos informáticos, juros de empréstimo para pagamento de despesas com a saúde, etc.;

Para efeito do cálculo do imposto é ainda considerado (deduzido) mínimo de existência: (i) 220.000\$00 para solteiros, viúvos e divorciados, (ii) 270.000\$00 para casado único titular e (iii) 440.000\$00 para casados dois ou mais titulares.

As despesas com a previdência social ou seguro voluntário, as quotizações para os sindicatos são dedutíveis a 100 por cento. São abatidos 30.000\$00 dos prémios de seguros de vida e 240.000\$00 com os donativos ao Estado, Municípios, escolas e culturas. (ver Lei de Mecenato).

No fundo o regulamento estabelece os parâmetros para liquidação e cobrança do imposto que tributa o rendimento das pessoas singulares.

Importa acrescentar que estes dois impostos são tratados no mesmo regulamento – RIUR.

### ***1.2.3 Importo Único sobre O Património (IUP)***

O Imposto Único sobre o Património – IUP é devido pelos proprietários dos prédios residentes ou não no território nacional e nos actos de escritura pública. É um imposto liquidado e colectado pela Câmara Municipal. A taxa é de 1,5% segundo a Lei de Orçamento para o ano de 2014.

### ***1.2.4 Imposto Selo***

No âmbito da reforma fiscal, foi aprovado a Lei nº 33/VII/2009 de 8 de Dezembro - o Código do Imposto de Selo, que veio revogar o antigo Regulamento de 1954, a tabela de 1993, os art.º 55e 63 do Código das custas judiciais e 14 da Tabela de Custas no

Contencioso Administrativo, os art.º 14 e 22 do Decreto – Lei nº 34/2004 de 9 de Agosto.

Foram abolidas as estampilhas fiscais, passando o Imposto de selo a ser pago através da guia Modelo GP010.

Este imposto incide basicamente sobre as operações financeiras (não tributadas em sede do IVA) e nas operações de registo e escritura pública e notarial.

Constituem sujeitos passivos do Imposto de Selo, os Notários e os Conservadores de Registos nas operações financeiras que intervenham; os bancos na concepção de créditos e de garantias, juros e prémios; as Seguradoras relativamente aos prémios de seguro e às comissões de mediação; os emitentes de letras, livranças e demais títulos de crédito ou ordens de pagamento, o locador sobre o arrendamento, etc.

### ***1.2.5 Importo Sobre o valor acrescentado (IVA)***

Este imposto é o objectivo central do trabalho e é desenvolvido no capítulo 2.

### ***1.2.6 Benefícios fiscais***

O código de benefícios fiscais define benefícios fiscais com sendo “os desagravamentos fiscais que materialmente representem excepções ao princípio da igualdade tributária, fundamentados por superiores razões de política económica e social ou de outra natureza extra fiscal”.

São benefícios fiscais as isenções, as reduções de taxas, as deduções à matéria colectável e à colecta, os créditos dos impostos, etc.

O reconhecimento dos benefícios fiscais é da competência do Membro do Governo responsável pela área das Finanças.

Os benefícios fiscais, tais como as isenções são publicados em Leis próprias. A nível nacional, podemos referir as seguintes:

- Lei nº 42/IV/92 de 6 de Abril – Lei de Utilidade Turística;
- Lei nº 99/IV/93 de 30 de Dezembro – Lei de empresas Francas;
- Lei nº 108/98 de 30 de Dezembro – Lei de empresas industriais;



– Lei nº 92/IV/93 de 15 de Dezembro – Lei Exportação e Reexportação

Os benefícios fiscais encontravam-se dispersos em diversos códigos e regulamentos dos principais impostos, por legislação avulsa de natureza sectorial e pelas leis de Orçamento do Estado, onde todos os anos se repetia um longo catálogo de benefícios fiscais.

A publicação do Código dos Benefícios Fiscais e a sua entrada em vigor em 2013 proporcionou maior clareza ao sistema fiscal cabo-verdiano, facilitou a compreensão da lei aos agentes económicos e facilitou o trabalho de aplicação da lei à administração.

A reformatação das leis sobre os benefícios fiscais permitiu sistematizar muitos dos benefícios fiscais existentes em Cabo Verde. Primeiro, porque reúne num único diploma os principais esquemas de benefícios fiscais em vigor introduzindo-lhes alterações de melhorias. Segundo, porque procede à revogação de todos os benefícios fiscais previstos em legislação avulsa e que ali não fiquem expressamente ressalvados.

O Código dos Benefícios fiscais rege pelo princípio da Responsabilidade significando que os contribuintes que gozam de benefícios fiscais estão obrigados a prestar à Administração Tributária as declarações, documentos e elementos informativos necessários à comprovação dos respectivos pressupostos, no momento da concessão do benefício ou durante a sua aplicação.

Por esta razão ficam sujeitos às acções de fiscalização efectuadas pela Administração Fiscal.

A título de exemplo podemos dizer que no ano 2012, o montante de benefícios fiscais concedidos pelo Estado foi de 5.148,8 milhões de ECV, dos quais 84,8% concedidos pela Direcção Geral das Alfandegas - DGA e 15,2% DGCI.

O montante dos benefícios fiscais concedidos corresponde a 18,6% das receitas fiscais cobradas nesse ano e 3,3% do PIB. Em termos absolutos registou-se um acréscimo de 12,5 milhões de ECV em relação ao ano de 2011.

#### **1.2.6.1 Mecenato<sup>4</sup>**

**Mecenato** – é a prática de atribuição de donativos em dinheiro ou espécie às entidades beneficiárias, cuja actividade consista, predominantemente, na realização de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, científica ou tecnológica, desportiva e educacional, sem concessão de contrapartida de carácter pecuniário ou comercial por parte destes.

**Donativos** – Ao abrigo da Lei de Mecenato, os donativos proporcionam benefícios fiscais as pessoas ou instituições que o efectuem.

Os donativos podem ser em dinheiro, doações, patrocínio, e visam transferência de recursos ao beneficiário para a realização de projectos com finalidades promocionais ou publicitárias e sem proveito pecuniário ou patrimonial directo para o patrocinador.

**Mecenas** – é atribuído a pessoas singulares ou colectivas que concedem apoios, através da concessão de liberalidades a título de doação ou patrocínio, destinados às entidades públicas ou privadas que exerçam acções relevantes para o desenvolvimento de projectos e actividades no âmbito da Lei.

Os beneficiários dos donativos segundo a Lei do Mecenato são:

*Donativos ao Estado; O Estado e as autarquias locais; Associações de municípios; Fundações em que o Estado ou autarquias locais participem no património inicial; Donativos a entidades privadas; As Instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas; Pessoas colectivas de utilidade pública; Comité Olímpico Nacional; Associações desportivas; Organismos associativas; ONG's; Outras entidades que desenvolvam acções no âmbito da Lei;*

Vantagens em ser mecenas

- A satisfação pessoal e o prestígio que resultam da associação a actividades filantrópicas de qualidade e de relevante interesse para a sociedade;
- O benefício dos incentivos fiscais previstos na Lei do mecenato, na redução do IUR/PC e IUR/PS.

---

<sup>4</sup> Lei n° 45/VI/2004 de 14 de Julho

#### Benefícios fiscais para os Mecenass:

- Mecenass pessoas colectivas:
  - No apuramento do resultado tributável em sede do IUR, são considerados gastos ou perdas do exercício em 130 % do respectivo valor dos donativos até o limite de 10/100 (1%) do volume de vendas ou serviços prestados.
  - Quando a actividade for desenvolvida no âmbito da própria empresa as deduções correspondem a 60% do seu montante até ao limite de 5/1000.
- Mecenass pessoas singulares:
  - No apuramento do rendimento tributável em sede do IUR, os donativos concedidos por pessoas singulares fiscalmente definidas por lei, são dedutíveis em 130% do respectivo valor total.
  - São ainda dedutíveis á colecta do ano a que dizem respeito em valor correspondente a 30% do total, até o limite de 15% da colecta.
  - Os donativos atribuídos pelos associados são dedutíveis na totalidade e até ao limite de 5/1000 (0,5%) do volume de vendas ou dos serviços prestados, quando atribuídos aos respectivos organismos associativos a que pertençam, com vista à satisfação dos fins estatutários.

#### Obrigações:

1. Os mecenass devem comunicar por escrito ao serviço central quaisquer donativos que tenham concedido e fazer constar na sua declaração fiscal, juntamente com os documentos comprovativos.
2. Os beneficiários de mecenass devem comunicar por escrito ao serviço central quaisquer donativos que tenham recebido, com identificação do mecenass, do

projecto em causa, bem como o montante recebido. Também devem fazer constar da sua declaração fiscal anual o valor dos donativos recebidos.

### **1.3 O Papel da Contabilidade enquanto suporte de imperativos fiscais**

Enquanto a contabilidade informa a posição financeira da empresa para os sócios, a fiscalidade calcula, lança, liquida e cobra os impostos sobre os rendimentos das pessoas colectivas e singulares. Mas tanto a contabilidade e a fiscalidade apuram e tributam rendimento pelo que podemos dizer que existe uma inter-relação entre estas duas doutrinas.

A contabilidade é muitas vezes um veículo que garante o cumprimento de imperativos fiscais e igualmente com frequência a contabilidade disponibiliza informações a partir das quais a fiscalidade actua e liquida os impostos

De facto, o nº 2 do artigo 4º e o nº 2 do artigo 26 do Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos – RIUR - fazem referência à contabilidade quando dizem que “*O lucro consiste na diferença entre valores do património líquido no fim e no início do período de tributação, com as correcções estabelecidas no regulamento*”, “*O lucro tributável reportar-se-á ao saldo revelado pela conta de resultados líquidos (apurado pela contabilidade), elaborada em obediência aos sãos princípios da contabilidade e consistirá na diferença entre todos os proveitos ou ganhos realizados no exercício anterior àquele a que o ano fiscal respeita e os custos ou perdas imputáveis ao mesmo exercício, uns e outros eventualmente corrigidos nos termos do regulamento*”.

Por esta razão a preparação da informação contabilística é uma profissão que exige expertise técnico e normalmente a profissão é controlada directamente pelo Estado (ou delegada numa ORDEM) por forma a assegurar o tratamento adequado da informação contabilística e a quantificação dos resultados.

Em Cabo Verde o apuramento fiscal da base tributável feito normalmente no modelo declarativo 1B<sup>5</sup> tem como ponto de partida para o resultado líquido contabilístico. A base tributável obtém-se adicionando ao resultado contabilístico os gastos que por quaisquer motivos não enquadram no conceito de gasto fiscal, é subtraído os rendimentos não tributáveis e ainda ajustado por eventuais benefícios fiscais e resultados negativos apurados em períodos anteriores. A lei confere ainda poderes a Direcção Geral de Contribuições e Impostos – DGCI para apreciar a razoabilidade dos gastos e a sua relação directa com os rendimentos gerados sob pena de não os aceitar para efeito fiscal. O RIUR estabelece ainda no seu artigo 33º os gastos que não são aceites na formação da base tributável.

Os artigos 38 n° 1 alínea b) e 39º indicam quando é que os créditos de cobrança duvidosa são aceites como gasto. As depreciações e amortizações para efeito fiscal são apuradas em função das taxas legalmente publicadas em vez da vida útil económica normalmente referido em normativo contabilístico.

Ainda o artigo 59º do RIUR identifica os elementos da contabilidade que devem acompanhar o modelo 1B. Dito isto, facilmente se depreende uma interdependência da contabilidade e fiscalidade em sede de imposto sobre rendimentos.

No anexo apresentaremos um quadro ilustrativo deste processo de cálculo utilizando os dados da empresa estudada.

A nível do IVA a situação não é diferente. De facto, a contabilidade deve ser preparada de modo a garantir uma correcta reconciliação da informação divulgada nos modelos declarativos e aquelas reconhecidas na contabilidade mesmo sabendo que muitas vezes o momento do reconhecimento do redito é diferente do momento da liquidação e exigibilidade do imposto.

---

<sup>5</sup> Resumo da contabilidade

## **CAPÍTULO II – O IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO**

### **- IVA**

Dedicamos este capítulo ao estudo dos aspectos mais relevantes do IVA fazendo sempre que possível referencia a aspectos introduzidos em datas posterior a publicação do regulamento que tem data de 2003.

#### **2.1 Conceito, origem e característica**

##### **2.1.1 Conceito**

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é um imposto que incide sobre a despesa ou consumo e tributa o "valor acrescentado"<sup>6</sup> das transacções efectuadas pelo contribuinte.

Foi introduzido em Cabo Verde no ano de 2003 pela Lei nº 21/VI/2003 de 14 de Julho, publicado no BO nº 21 de I Série e entrou em vigor em Janeiro de 2004.

É um imposto plurifásico, que em cada fase actua por tributação das transmissões onerosas de bens e serviços com dedução do imposto a montante suportado nas compras, repartindo-se assim o encargo fiscal pelos vários intervenientes no processo de produção/distribuição, com recurso, pois a um sistema de pagamentos fraccionados.

No quadro seguinte fazemos uma pequena demonstração do seu funcionamento durante os ciclos de produção e consumo.

---

<sup>6</sup> O valor acrescentado é a diferença entre as vendas duma empresa e as suas compras de matérias-primas e de serviços de outras empresas.

**Quadro I – Fases do IVA durante os ciclos de Produção a Consumo**

FASES	COMPRA		VENDA		IVA A PAGAR
	VALOR	IVA SUPORTADO 15%	VALOR	IVA LIQUIDADO 15%	ESTADO
PRODUTOR			1.000	150	150
GROSSISTA	1.000	150	1.400	210	60
RETALHISTA	1.400	210	1.700	255	45
CONSUMIDOR FINAL	1.955				

Fonte: Elaboração própria com base no RIVA

Do quadro podemos ver que a receita total do IVA é de 255. Podemos ainda aferir que quem suporta o IVA é o consumidor final. Os agentes económicos, ou seja os sujeitos passivos que venderam o bem actuam como cobradores do IVA, pois são obrigados a liquidar o IVA e entregá-lo ao Estado. Sobre o IVA liquidado os sujeitos passivos devem deduzir os montantes pagos ou suportados na compra ou prestação de serviços e apuram o valor líquido que deve entregar ao Estado. Com o propósito de tributar apenas o consumo, este imposto afigura-se neutro para os sujeitos passivos que exercem uma actividade económica. Merece ainda reparar o facto de a diferença pago por cada interveniente no processo corresponde ao IVA resultante do valor que cada operador “acrescenta” ao produto desde da produção até ao consumo.

### **2.1.2 Origem<sup>7</sup>**

O IVA surgiu pela primeira vez, na França, pela mão do inspector de Finanças Maurice Lauré, então vice-director da Direcção Geral dos Impostos. Este imposto nasceu por ocasião da reforma fiscal levada a cabo em França em 1954. Com o propósito de aliviar os preços dos produtos sobre os quais incidia um imposto indirecto, em cascata, designadamente imposto sobre a produção, Maurice Lauré aperfeiçoou-o e erigiu um novo tributo, cuja base de incidência passou a ser sobre o valor acrescentado dos produtos.

<sup>7</sup> [www.wikipédia](http://www.wikipédia), a enciclopédia livre-mht

Começou por ser aplicado sobre as grandes empresas e em 1966 sobre a proposta do então Ministro das Finanças, Valéry Giscard d'Estaing, estendeu-se para aos retalhistas. O sucesso da introdução do IVA em França convenceu o legislador comunitário a adoptá-lo, já em finais da década de sessenta, na então Comunidade Económica Europeia.

### ***2.1.3 Características***

As características fundamentais do IVA são as seguintes:

- Geral: afecta o consumo em todas as suas manifestações e categorias, com uma base de incidência alargada aos valores globais das operações;
- Indirecto: incide sobre as transacções em bens e serviços realizadas pelas empresas. Repercute no preço de venda incidindo, em última instância, sobre o consumidor final e não sobre o produtor e/ou vendedor;
- Plurifásico: Alcança todas as etapas do processo de transacção e comercialização de bens e serviços;
- Proporcional: a taxa aplicada é proporcional e não progressiva;
- Não cumulativo: permite deduzir o imposto pago até um dado momento como crédito do imposto. Incida unicamente sobre o valor acrescentado por cada sujeito passivo durante as diferentes etapas económicas.
- Real: não leva em conta as condições pessoais do sujeito passivo.
- Objectivo: Incide sobre bens e serviços sem levar em conta quem os consome;
- Regressivo: não contempla as condições do consumidor, então repercute em maior proporção nos sectores de mais baixo recursos e de menor riqueza acumulada;
- Base financeira: O IVA é calculado em função da diferença entre as compras e/ou os serviços versus as vendas e/ou as prestações de serviços durante o período fiscal, sem ter em conta os inventários existentes ao fecho do mesmo. Em Cabo Verde o período de prestação de conta (entrega do modelo declarativo é de um mês);



- Imposto contra imposto: o montante a entrar ao fisco determina-se pela diferença entre o imposto cobrado na venda ao cliente e o pago nas compras ao fornecedor;
- Piramidal: não produz o efeito piramidal, pois não é cumulativo.

Em Cabo Verde o IVA veio substituir os seguintes impostos e taxas (utilizados anteriormente para tributar a despesa/consumo):

- Emolumentos gerais;
- Taxa especial de armazenagem;
- Imposto de consumo variável consoante a mercadoria;
- Imposto de selo sobre imposto de consumo;
- Imposto de tonelagem;
- Imposto de consumo sobre produção local;
- Imposto de turismo

## **2.2 Directiva do IVA**

### ***2.2.1 Incidência Real***

A legislação Cabo-verdiana (mais concretamente o Regulamento do IVA – RIVA) nos artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º diz que estão sujeitas a imposto as transmissões de bens e prestações de serviços, realizadas, o território nacional, a título oneroso, pelo sujeito passivo de IVA, e ainda as importações de bens. *“O território nacional abrange toda a superfície terrestre, a zona marítima e o espaço aéreo, delimitados pelas fronteiras, tal como se encontra no artigo 6º da Constituição da República de Cabo Verde”.*

### ***2.2.2 Sujeitos Passivos ou Incidência Pessoal***

Em regra e de acordo com o citado Regulamento os sujeitos passivos do IVA são todas as empresas residentes ou tendo estabelecimentos estáveis ou representante no território nacional e exercem de modo independente e com carácter habitual as actividades de produção, comércio ou prestação de serviços ou realizam importações.

São ainda considerados sujeitos passivos do IVA as pessoas que mencionam indevidamente em facturas ou documentos equivalentes.

### ***2.2.3 Factor Gerador***

O RIVA no seu artigo 7º considera como regra geral, que o imposto é devido no momento em que os bens são colocados á disposição do adquirente, no momento da realização da prestação de serviços e no momento de despacho da mercadoria nos serviços das Alfândegas.

Nas entregas de bens que implicam transporte, obrigação do fornecedor proceder à instalação ou montagem, os bens só se consideram à disposição do adquirente, no momento em que os trabalhos estiverem concluídos.

Nas transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas de forma continuada, resultantes de contratos que originem pagamentos sucessivos, o IVA é devido no termo do período a que se refere o pagamento

### ***2.2.4 Exigibilidade***

O imposto torna-se exigível sempre que há uma obrigação de emitir uma factura, (no prazo de cinco dias úteis após a verificação do facto gerador), ou no caso de este prazo ser ultrapassado, no momento em que termina, ou ainda, se o pagamento, ainda que parcial, ocorrer antes de a factura ser emitida, no momento do seu recebimento, pelo valor recebido

### ***2.2.5 Isenções***

As isenções assumem um caracter excepcional face ao princípio geral, segundo o qual todas as transacções, desde que incluída no âmbito do imposto devem sujeitar a tributação.

#### ***2.2.5.1 Isenções Incompletas***

Por via do RIVA, o Estado de Cabo Verde isenta do IVA as prestações de serviços de saúde, segurança social, protecção á infância, juventude e terceira idade, a cultura, serviços postais, operações bancárias e financeiras, operações sujeitas ao IUP, operações de seguros e resseguros, exploração de estabelecimentos destinados á prática de actividades artísticas, desportivas, religiosas, recreativas e de educação a pessoas que praticam essas actividades, ensino e formação.

São chamadas de isenções incompletas, pois o sujeito passivo não liquida o imposto e está impedido de deduzir o IVA suportado na aquisição de bens ou serviços.

#### ***2.2.5.2 Isenções completas***

O sujeito passivo não liquida o imposto nas suas operações activas, ou seja nas vendas que realiza e nos serviços que presta mas pode deduzir o imposto suportado nas suas operações passivas (compra de bens a ou nos serviços que lhe foram prestados).

O sujeito passivo que transmita bens constantes de uma lista anexada ao regulamento, pode desonerar-se da carga fiscal suportada sendo restituído todo o imposto que lhe foi liquidado, o que significa recuperar todo o IVA pago por altura da compra.

Só nos casos em que vigora a taxa 0% se pode falar numa verdadeira isenção, pois o transmitente não liquida o IVA ao adquirente, mas tem direito a deduzir o imposto que suportou sobre bens e/ou serviços adquiridos, importados ou utilizados para adquirir os bens constantes na lista anexa.

#### ***2.2.5.3 Isenções nas importações***

Em relação às importações de bens, a regra geral determina que sejam sujeitas ao IVA. Contudo, nem todas elas estão sujeitas à regra geral. Estão isentas do imposto as importações dos bens cuja transmissão no território nacional seja isenta, ou seja os constantes da lista anexa, bem como as que gozem de isenção de pagamento de direitos aduaneiros.

#### ***2.2.5.4 Isenções nas exportações***

Assim como acontece com as transmissões de bens referidos na lista anexa, também as exportações e as operações a elas assimiladas bem como os transportes internacionais estão sujeitas á taxa 0%, pelo que não pagam o IVA á saída de Cabo Verde evitando que um produto seja tributado no país de origem e no país de destino.

O transporte de pessoas provenientes ou com destino ao estrangeiro bem como as transmissões de bens para organismos devidamente reconhecidos que os exportam para o estrangeiro no âmbito das suas actividades humanitárias, caritativas ou educativas, mediante prévio reconhecimento do direito á isenção pela forma determinada pelo Decreto-lei nº 59/2003 de 30/12/2003 também estão isentas.

Deste modo se cumpre o princípio do destino, fazendo com que todos os bens destinados ao estrangeiro e as operações íntimas e directamente conexas com o comércio externo sejam desonerados de qualquer quantitativo do IVA.

#### ***2.2.5.5 Outras Isenções***

De acordo com o legislador no artigo 14º estão isentas do imposto as transmissões de bens destinadas a empresas francas, entrepostos públicos ou privados, de armazenamento ou industriais, ou a serem introduzidos em lojas francas.

Esses bens não têm utilização nem consumo finais, enquanto permanecerem sob tais regimes.

As importações de cadeiras de rodas e veículos semelhantes, accionados manualmente ou por motor, a serem usadas por pessoas portadoras de deficiências, aparelhos, artefactos e demais material de prótese ou compensação destinado a substituir, no todo ou parte qualquer membro ou órgão do corpo humano.

#### ***2.2.5.6 Renúncia a Isenções***

Os sujeitos passivos que beneficiam das isenções constantes no art.º 30º do RIVA (actividades agrícolas, silvícolas, pecuárias ou de pesca) segundo o art.º 11 do RIVA, poderão renunciar à isenção, optando pela aplicação do imposto às suas operações,

mediante a entrega na Repartição de Finanças competente, a declaração adequada e produzirá efeitos a partir de 01 de Janeiro do ano civil seguinte, salvo se iniciar a sua actividade no decurso do ano, produzirá efeitos desde início de actividade.

Permanecerá nesse regime durante um período de, pelo menos cinco anos. Findo o prazo, caso quiser, continuará no regime de tributação. Caso contrário, deve informar a Administração Fiscal.

### **2.3 Valor Tributável**

O RIVA no nº1 do artigo 15º estabeleceu como regra geral que o valor tributável das transmissões de bens e serviços prestados é o valor da contraprestação obtida do adquirente.

E com regras especiais estabelece que o valor tributável é:

- Nas mercadorias enviadas á consignação que não tenham sido devolvidas dentro do prazo de um ano a contar da sua entrega ao destinatário, o valor constante da factura;
- Nas transmissões de bens entre comitente e comissário ou entre este e aquele, respectivamente, o preço da venda acordado pelo comissário deduzido da comissão ou o preço da compra acordado pelo comissário acrescido da comissão;
- Nas transmissões de bens em segunda mão, de objectos de arte, de colecção ou antiguidades, a diferença devidamente justificada, entre o preço de venda e o preço de compra;
- Nas transmissões de bens e prestações de serviços derivados de actos de autoridades públicas, a indemnização ou qualquer outra compensação.

É incluído no valor tributável os impostos, direitos, taxas e outras imposições, as despesas de transporte, embalagem comissões e seguros por conta de clientes.

Nas importações, vigora o artigo 16º do RIVA como regra geral que o valor tributável é o valor definido para efeitos aduaneiro, adicionado dos direitos de importação e

quaisquer outros impostos ou taxas devidos na importação, com excepção do próprio IVA, as despesas de embalagem, transporte, seguro.

Como regra especial, nos casos de reimportação de bens exportados temporariamente e que no estrangeiro tenham sido objecto de reparação, o valor tributável é correspondente à operação efectuada no estrangeiro.

## **2.4 Taxas**

Cabo Verde, contrariamente ao que acontece noutras paragens optou por uma taxa única de 15% para as transmissões de bens, importação e prestação de serviços, conforme o artigo 17º do RIVA, evitando assim a complexidade administrativa para os contribuintes e para a própria Administração Fiscal.

Na Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2005, no artigo 40º, o Governo de Cabo Verde alterou o artigo 17º estabelecendo uma taxa de 6% para o sector de Turismo.

A Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2013 no artigo 30º revoga a taxa de 6% repondo a situação nos moldes aprovados no início, ou seja 15% para todas as actividades.

Embora com uma taxa única o Governo entendeu subsidiar de forma cruzada alguns produtos (aqueles com preços administrativamente afixados) por forma a garantir algum equilíbrio e justiça em termos do consumo. Ao querer uma taxa única e frente a esta decisão de natureza politica a alternativa foi alterar a base tributável. Neste sentido o quadro seguinte apresenta o resumo dos produtos envolvidos no processo de subsidiação cruzada e a respectiva base tributável.

## Quadro II – Produto com preços fixados por Autoridade Administrativa

PRODUTOS	BASE TRIBUTÁRIA				
	2003	17-01-2005	10-10-2005	2007	2013
GAZ BUTANO	15%	20%	20%	16,65%	16,65%
			100%		
			100%		
GASÓLEO	70%	100%	120%	120	100%
GASOLINA	200%	320%	420%	300	100%
PETRÓLEO	30%	30%	30%	30%	100%
FUEL				30%	100%
ENERGIA ELECTRICA	30%	30%	30%	30%	100%
ÁGUA POTÁVEL	20%	20%	20%	20%	100%
TELECOMUNICAÇÕES	60%	60%	60%	60%	100%
TRANSPORTE RODOVIÁRIO PASSAGEIROS	15%	15%	15%	15%	100%
TRANSPORTE MARITIMO MERCADORIAS	0%	0%	0	20%	100%
Taxas de gaz butano 10/10/2005:					
botijas de 3 a 6kg - 20%					
botijas de 12,5 a 55Kg e gaz industrial- 100%					

Fonte: Elaboração própria com base no DL n° 63/2003<sup>8</sup>

## 2.5 Deduções

### 2.5.1 Dedução por afectação real

As deduções em sede do IVA estão previstas nos artigos 18°, 19°, 20°, 21° e 22° do respectivo regulamento.

O direito á dedução surge quando o imposto dedutível se torne exigível, segundo o artigo 21°.

É um direito conferido ao sujeito passivo sobre o IVA de que é devedor do Estado onde realiza as operações tributadas, ou as isentas que conferem direito à dedução, de deduzir o imposto que tenha suportado na aquisição de bens e /ou serviços que contribuem para a realização dessas operações.

---

<sup>8</sup> Regime Especial do IVA

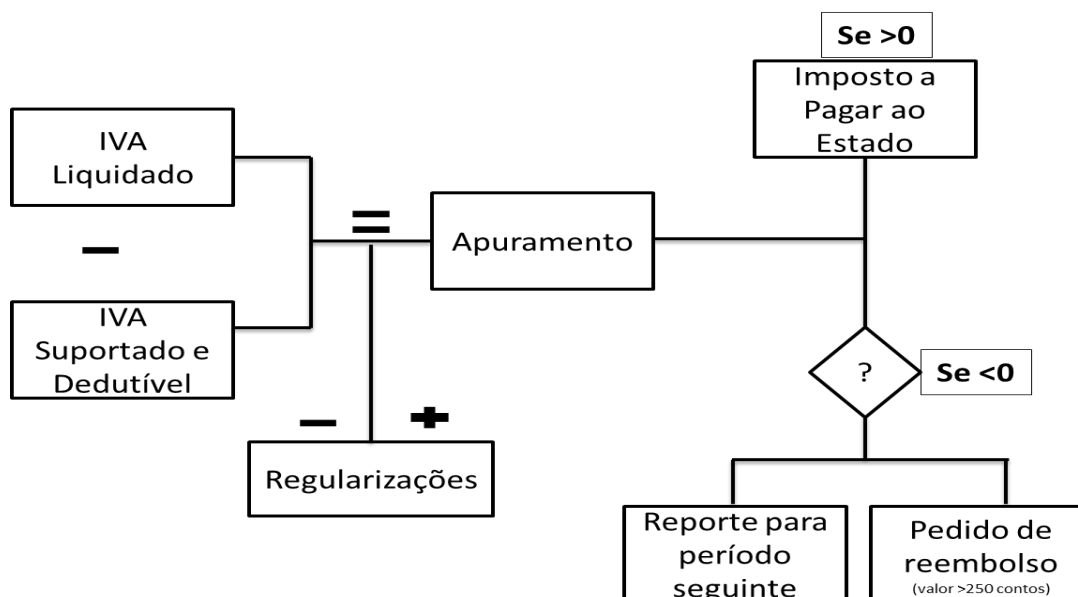
O artigo 19º elege as condições para o exercício de direito a dedução do IVA suportado tais como: (i) transmissões de bens e prestações de serviços sujeitadas ao IVA e delas não isentas; (ii) exportações de bens e operações assimiladas isentam; (iii) prestações de serviços cujo valor esteja incluído na base tributária e (iv) transmissões de bens constantes da lista anexam ao código.

As despesas relativas á aquisição, fabrico ou importação, transformação e reparação de veículos de turismo, barcos de recreio, aviões, helicópteros estão excluídos do direito a dedução, assim como despesas com gasolina e 50% de gasóleo utilizadas em viaturas automóveis e as despesas de transporte e viagens do sujeito passivo e do seu pessoal.

O exercício de direito a dedução, pressupõe-se que o sujeito passivo seja possuidor de uma factura passada de forma legal ou de um documento de importação onde consta o valor do IVA suportado. A dedução é efectuada globalmente pelo sujeito passivo, mediante a subtracção ao montante do IVA devido em determinado período de tributação, do montante total do IVA, em relação ao qual, durante o período, nasceu direito à dedução.

O direito à dedução do imposto é um elemento importante no sistema do IVA, pois o exercício deste direito confere ao imposto a neutralidade que o distingue dos outros impostos. Impedir o exercício desse direito é desrespeitar o mecanismo deste imposto. Quanto aos sujeitos passivos que exercem mais do que uma operação económica e efectuem tanto operações que conferem direito a dedução como as que não conferem esse direito, o imposto suportado nas aquisições apenas será dedutível na percentagem (designado de pro-rata) correspondente ao montante anual das operações que confirmam direito a dedução.





**Figura 1 – Processo do IVA**

Fonte: Elaboração própria

### ***2.5.2 Dedução proporcional ou pro rata***

A dedução proporcional, ou pro-rata deverá, segundo o nº 4 do artigo 22º do RIVA, efectua-se pelo recurso a uma fracção, que comporta no numerador pelo valor anual, líquido do imposto, referente as operações que conferem direito a dedução, e o denominador constituído pelo mesmo valor que consta do numerador, acrescido do montante anual, líquido do imposto, referente às operações que não conferem direito à dedução.

No entanto, o cálculo do pro-rata devem ser excluídos os valores referentes, quer as transmissões de bens do activo fixo utilizados na actividade da empresa, quer as operações imobiliárias ou financeiras, desde que sejam consideradas acessórias à actividade do sujeito passivo.

O mesmo artigo estabelece que o pro-rata deve ser calculado anualmente, em percentagem, e acertado para a unidade imediatamente superior. Quando aplicada provisoriamente a um determinado ano, o pro-rata deve basear-se nas operações

efectuadas no ano anterior e será corrigida de acordo com os valores referentes ao ano a que se reporta. Caso o sujeito passivo inicie as actividades a dedução será feita com base numa percentagem provisória, segundo as previsões do sujeito passivo.

Como fizemos referência no início a contabilidade tem a responsabilidade de esquematizar (em contas próprias) este processo e depois divulgar a informação produzida.

## **2.6 Obrigações do Sujeito Passivo**

O sujeito passivo está vinculado ao cumprimento de obrigações, podendo estas serem de vários tipos, nomeadamente:

### ***2.6.1 Declarativas de manifestação única***

A entregar na Repartição de Finanças da sua área fiscal, antes do início da actividade a respectiva declaração, modelo 110.

Sempre que houver alteração de qualquer dos elementos constantes do modelo com excepção do volume de negócios, o sujeito passivo é obrigado a entregar a declaração de alteração no prazo de 15 dias a contar da data da alteração.

Quando houver cessação de actividade, deve o sujeito passivo entregar no prazo de 30 dias a contar da data de cessação a respectiva declaração na Repartição de Finanças da sua área fiscal.

### ***2.6.2 Declarativas de manifestação continuada***

Em regra, a responsabilidade da liquidação do imposto e da sua entrega às autoridades fiscais, recai sobre o sujeito passivo que fornece os bens ou presta serviços tributáveis. O sujeito passivo é obrigado a pagar o IVA liquidado conjuntamente com uma declaração no período de 30 dias.

As pessoas que mencionam indevidamente o IVA na factura devem entregar o imposto no prazo de quinze dias, a contar da data da emissão da factura e até o último dia do mês seguinte ao da conclusão da operação.

Este processo declarativo sofreu profundas alterações no início de 2014. Junto do modelo declarativo o contribuinte é obrigado ainda a entregar anexos (de clientes, de fornecedores e de regularização) com a decomposição dos valores mencionados nas declarações periódicas.

#### ***2.6.2.1 Emissão de facturas***

O sujeito passivo é obrigado a emitir uma factura por cada transmissão de bem e/ou prestação de serviços que realizar, bem como por qualquer pagamento antecipado relativa a transmissão de bem e/ou prestação de serviço a realizar posteriormente, no prazo de cinco dias úteis seguintes ao momento em que o imposto é devido.

Em caso de devolução de bens, a factura é substituída por guia ou nota de devolução, até o quinto dia útil seguinte à data da devolução.

Caso seja utilizada emissão de facturas globais, deve ser emitida até o quinto dia útil posterior ao termo do período a que respeita.

A factura deve ser processada em duplicado, sendo o original para o cliente e o duplicado para o arquivo do vendedor (sujeito passivo). Deve ser datada, numerada sequencialmente, com identificação completa das duas partes, os correspondentes números de identificação fiscal, as quantidades e designações dos bens transmitidos e/ou dos serviços prestados, o preço líquido do imposto e restantes elementos do valor tributável, a taxa, o imposto devido e o motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for o caso.

Na ausência de um processo mecânico de emissão a factura deve ser impressa em tipografia autorizada pelo membro do Governo responsável pela área das finanças e

devem conter a designação social, sede e número de identificação da tipografia. Os documentos emitidos quando da afectação de bens a uso próprio do seu titular, bem como as transmissões gratuitas ou a afectação de bens a um sector de actividade isenta, as prestações de serviços gratuitos efectuadas pela empresa ao seu titular ou pessoas afins e ainda a utilização de bens próprios para uso pessoal do sujeito passivo, devem mencionar apenas a data, a natureza da operação, o valor tributável, a taxa do imposto e o montante do mesmo.

As facturas emitidas pelo sujeito passivo que não possui estabelecimento estável no território nacional, mas sim representante legal, devem conter também a identificação social, o NIF e a denominação do estabelecimento do representante. No caso do adquirente for também um sujeito passivo do IVA, a factura deve conter a expressão “IVA – Autoliquidação”.

A Factura emitida por retalhistas deve conter apenas o preço com inclusão do imposto e a taxa. Podem ser dispensados de emitir facturas, mas são obrigados a emitir talões de venda e/ou prestação de serviços. Estes devem ser datados, numerados sequencialmente, com a denominação social e NIF do fornecedor, denominação dos bens transmitidos e dos serviços prestados e o preço com inclusão do imposto.

#### ***2.6.2.2 Declaração Periódica***

O sujeito passivo é obrigado a entregar a declaração periódica, modelo 106 mensalmente, até ao último dia do mês seguinte àquele a que respeitam as operações.

O sujeito passivo que pratica uma só operação tributável, deve apresentar a declaração até o fim do mês seguinte ao da conclusão da operação na Repartição de Finanças ou na entidade competente.

#### ***2.6.2.3 Escrituração***

O sujeito passivo tem obrigação de montar e manter um sistema contabilístico devidamente organizado de maneira a satisfazer as exigências do IVA, ou seja:

- Possibilitar o conhecimento claro dos elementos necessários ao cálculo do imposto (as transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas pelo sujeito passivo e ao sujeito passivo e as importações);
- Permitir o preenchimento da declaração periódica atempadamente (as operações tributadas pelo sujeito passivo, bem como as isentas com direito e sem direito a dedução e o valor do imposto liquidado).
- Registar os bens de investimento, de forma a permitir o controlo das deduções efectuadas, tais como a data de aquisição, o imposto suportado e o imposto deduzido.

#### **2.6.2.4 Arquivo**

O sujeito passivo é obrigado a arquivar e conservar em boa ordem durante cinco anos civis os livros, registos e respectivos documentos de suporte da contabilidade (originais de facturas recebidas, anuladas com indicação das que a substituem, duplicados de facturas emitidas).

### **2.7 Regime especiais**

Pensando nos sujeitos passivos que não possuem uma contabilidade organizada e não são tributados pelo método de verificação em sede do IUR, não realizam importação nem exportação e também no volume de negócio, o Governo através do Regulamento do IVA criou os regimes especiais de isenção e simplificado.

#### **2.7.1 Regime de Isenção**

Para beneficiarem de isenção do IVA, para além desses requisitos a matéria colectável do ano civil anterior dos sujeitos passivos enquadrados neste regime não pode ser superior a 180.000\$00 (cento e oitenta mil escudos).

Como beneficiam do regime de isenção, não podem deduzir o IVA suportado. Podem renunciar á isenção e optar pela aplicação do regime normal de tributação. Para que isso aconteça, devem entregar na Repartição de Finanças concelhia a declaração de alteração e produz efeito a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte. Mas permanecerá neste regime por um período de cinco anos.

No caso do sujeito passivo que estiver enquadrado no regime normal de tributação e passar a satisfazer os requisitos ou quiser passar a ser tributado pelo regime de isenção, deve entregar a respectiva declaração de alteração durante o mês de Janeiro do ano seguinte àquele que se verificar essas condições e produz efeito a partir de 1 de Janeiro do mesmo ano. Deve efectuar a regularização do imposto deduzido e respeitante às existências remanescentes no fim do ano na declaração periódica referente ao último período de tributação.

As facturas emitidas pelo sujeito passivo deste regime de tributação devem conter a menção “IVA – Regime de isenção”.

São ainda obrigados a manter em boa ordem e a exhibir sempre que lhe for solicitado, os documentos comprovativos das suas aquisições.

### ***2.7.2 Regime de tributação simplificada***

Os sujeitos passivos enquadrados neste regime de tributação para além de não estarem enquadrados no método de verificação em sede do IUR, nem efectuarem importação ou exportação, o volume de negócio do ano anterior não pode ser inferior a 180.000\$00 nem superior a 5.000.000\$00 (cinco milhões escudos).

São obrigados a apurar o imposto, aplicando uma percentagem de 5% ao valor das vendas dos bens ou serviços realizados, com excepção das vendas de bens de investimentos corpóreos tenham sido utilizados na actividade por eles exercidas. Não podem deduzir o IVA suportado nas aquisições.

Estes sujeitos passivos podem optar por serem tributados pelo regime normal. Para isso, devem entregar a devida declaração de alteração e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte. A DGCII poderá autorizar a deduzir o imposto contido nas existências remanescentes no fim do ano para evitar que sofra prejuízos injustificados. Por outro lado, caso o sujeito passivo pretenda passar do regime normal para o simplificado e satisfazer os requisitos previstos na lei, deve apresentar a declaração de alteração na Repartição de Finanças competente, durante o mês de Janeiro do ano seguinte àquele que se verificar essas condições e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano da sua apresentação. Ainda são obrigados a regularizar o IVA deduzido e respeitante às existências remanescentes no fim do ano.

As facturas emitidas pelos sujeitos passivo deste regime de tributação devem conter a menção “IVA – Não confere direito a dedução”.

São obrigados a registar no prazo de trinta dias a contar da data da recepção, as facturas e guias ou notas de devolução relativos a bens ou serviços adquiridos, possuir livros de compras de vendas e de despesas gerais e conservá-los em boa ordem durante cinco anos.

Devem entregar a declaração periódica, modelo 107 e pagar o imposto devido trimestralmente até aos últimos dias de Abril, Julho, Outubro e Janeiro do ano seguinte. No Mês de Março de cada ano devem entregar a declaração modelo 1 A, onde constam as vendas e serviços prestados, as compras e as respectivas despesas.

### ***2.7.3. Regime especial das Agências Operadoras Turísticas***

A Lei aplica-se às agências operadoras turísticas que prestam um conjunto combinado de serviços a um cliente que o adquire por um preço único, actuam em nome próprio perante o cliente e recorrem a transmissões de bens ou prestações de serviços para realizar essas operações. As operações são localizadas na sede das agências e

consideram-se efectuadas no acto de pagamento integral da contraprestação ou antes de efectuar a primeira prestação.

O valor tributável é a margem bruta, ou seja a diferença entre a contraprestação devida pelo cliente, excluído o IVA e o custo da prestação de serviços incluído o IVA). As facturas emitidas pelos sujeitos passivos cujas operações estão abrangidas por este regime devem ter a menção «IVA incluído» e não conferem o direito a dedução do IVA suportado pelo adquirente.

#### ***2.7.4 Regime especial de Exigibilidade do IVA às empreitadas e subempreitadas de obras públicas em que o dono da obra é o Estado***

Este regime é aplicado às empreitadas e subempreitadas de obras públicas em que o dono da obra é o Estado. O IVA é exigível no momento do recebimento (única situação de base de caixa permitida) total ou parcial do preço, pelo montante recebido. Na aquisição de serviços de construção civil, incluindo remodelação, reparação, manutenção, conservação e demolição de imóveis, em regime de empreitada ou subempreitada. O adquirente do serviço deve ser sujeito passivo do IVA e praticar operações que confirmam direito a dedução. Aplica-se a regra da inversão do sujeito passivo, ou seja o empreiteiro apresenta-se na qualidade de cliente a quem se destina a obra ou a prestação de serviços e a factura emitida pelo subempreiteiro não inclui o valor do IVA, mas a expressão “IVA autoliquidação”, cabendo a liquidação ao empreiteiro.

### **2.8 Os Reembolsos**

Os sujeitos passivos que efectuam operações com direito a dedução, depois de exercer esse direito, assumem a condição de verdadeiros credores do imposto perante o Estado. Entre estes estão os sujeitos passivos que efectuam operações com isenção completa. O excesso que resulta do imposto suportado nas aquisições dedutíveis ter superado o imposto liquidado é o crédito do imposto e é uma obrigação da Administração fiscal



restituí-lo atempadamente, com vista assegurar a neutralidade do imposto e a concorrência entre os operadores económicos.

Os sujeitos passivos que solicitem o reembolso, devem apresentar na Repartição de Finanças Concelhia a respectiva declaração periódica e ficam impedidos de proceder a dedução do imposto.

O pagamento do reembolso é efectuado pela Direcção Geral do Tesouro, por transferência conta a conta. O reembolso é solicitado quando o crédito do imposto ultrapassa os 250.000\$00 segundo o Despacho de 8 de Abril de 2004. O sujeito passivo deve preencher o extracto recapitulativo que evidencie as relações comerciais com os fornecedores que originaram o valor de crédito de imposto de pedido de restituição.

Os sujeitos passivos que solicitarem o reembolso com valor superior a um milhão de escudos devem entregar fotocópias das declarações periódicas do período referido, nota justificativa do reembolso, os extractos de fornecedores e cópia do balancete sintético de razão. Os reembolsos que excedem 2.000.000\$00 devem ser acompanhados de uma caução, fiança bancária ou outra garantia que deverá ser mantida até a comprovação pela DGCI, no prazo de um ano.

## **2.9 A fraude e a evasão fiscal em sede do IVA**

É frequente assistir-se por parte dos sujeitos passivos à fuga aos impostos. No caso do IVA, tendo em conta o mecanismo do direito a dedução e o direito ao reembolso, o sujeito passivo pode furtar ao pagamento do imposto ou apropriar-se do imposto liquidado, não entregando-o ao Estado, cometendo assim um crime fiscal segundo o Código do Processo Tributário.

A fraude pode incidir-se sobre os reembolsos ou sobre o imposto a entregar ao Estado. Por exemplo:

- a) A fraude ligado à economia paralela. O sujeito passivo pode exercer uma actividade e não declará-la, evitando assim liquidar e entregar o IVA ao Estado;

- b) A fraude do negociante falso. O operador regista-se para efeitos do IVA, pede o reembolso do IVA relativo aos seus *inputs*, após o reembolso, desaparece.
- c) A fraude por insolvência. O sujeito passivo adquire ou importa bens e serviços, usufrui de créditos ou solicita reembolso, declara falência e não paga o IVA liquidado sobre as mercadorias.

É preciso combater a fraude e evasão fiscal, para defender os cumpridores e dissuadir os que prevarica. Defender a transparência, prevenir as distorções da concorrência e ter uma maior justiça fiscal.

## **2.10 A neutralidade do IVA**

De acordo com o RIVA deve apresentar-se como um imposto neutro. A tributação deve ser rigorosamente proporcional ao preço do bem ou serviço prestado, independentemente da maior ou menor extensão do seu ciclo produtivo, e da fragmentação do imposto pelos sujeitos passivos neles intervenientes.

Para os agentes económicos, o IVA deve ser neutro, pela circunstância decorrente do imposto pago ou devido, relativo aos seus *inputs*, ser dedutível ao imposto que liquidam nas transacções que realizam a jusante por ocasião dos seus *outputs*. Pois os verdadeiros contribuintes não são os operadores económicos, para quem o imposto deve apresentar-se neutro, mas os consumidores finais.

Não pode haver discriminação entre os sujeitos passivos, mesmo que tenham interferido em alguma transacção fraudulenta, desde que demonstre não ter conhecimento de que uma operação na mesma cadeia de entrega tenha alguma fraude.

Os sujeitos passivos que efectuem operações com isenção completa, ao receberem o reembolso do IVA suportado, comprovam a neutralidade do IVA.

De acordo com o princípio do destino, a tributação ocorre no Estado onde os bens são consumidos. Ou seja a exportação é isenta do imposto. Quando houver uma transmissão

de um bem num Estado, o IVA é suportado, quando esse bem sai do país, o IVA deve ser reembolsado, verificando assim a neutralidade do imposto.

É preciso que a neutralidade do imposto seja respeitado, para evitar que os operadores económicos tenham problemas de tesouraria.

Por ultimo e ainda referindo ao IVA, fizemos esta abordagem subordinada ao Regulamento do IVA. Contudo, na data em que estamos a preparar este trabalho o Governo introduziu, para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2014, profundas alterações ao Regulamento passou este a ser designado por Código do IVA. Além da inversão do sujeito passivo na empresa de construção civil, da clarificação de algumas situações pontuais a grande alteração introduzida tem que ver com a forma de declarar ao Estado as operações efectuadas. Neste processo e pela primeira vez em Cabo Verde é introduzido as declarações electrónicas.

## CAPÍTULO III – RECONHECIMENTO DE RÉDITO E A RELAÇÃO COM A LIQUIDAÇÃO DO IVA

Dado a sua relação com as operações activas do IVA entendemos introduzir no trabalho um capítulo, que de forma resumida abordasse a problemática de reconhecimento de redito.

Se por um lado o IVA deve ser liquidado sempre que houver transmissões onerosas de bens e serviços e cujos requisitos básicos explicamos no capítulo anterior, por outro, a norma de relato financeiro nº 18 – Reditos – incluído no sistema de normalização contabilística e relato financeiro – SNCRF – estabelece quando um redito deve ser reconhecido.

### 3.1 Conceito e definições

O redito é definido pela NRF 18 como o *influxo bruto de benefícios económicos durante o período proveniente do curso das actividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio*

A estrutura conceptual do SNCRF define rendimento como sendo *os aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou melhorias de activos ou de diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio*.

Podemos então concluir que o conceito de redito é mais restrito do que o de rendimento. Aqueles terão de ser gerados no decurso ordinário das actividades enquanto o conceito de rendimento sendo mais amplo inclui outros ganhos que podem não ser gerados no decurso ordinário da actividade como sejam subsídios destinados a cobrir gastos de

exploração, mais-valias na alienação de equipamentos, variação no justo valor de activos, etc.

### **3.2 Objectivo e âmbito da norma**

A norma tem por objectivo prescrever o tratamento contabilístico que uma entidade deve efectuar no processo de reconhecimento de réditos. A questão fulcral é determinar quando reconhece-lo. A Norma é aplicada na contabilização do rédito proveniente de:

- Vendas de bens;
- Prestação de Serviços;
- Uso por outros de activos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos.

Esta Norma não deve ser aplicada no tratamento de questões como sejam:

- Acordos de locação (tratado na Norma 9 – Locações)
- Dividendos provenientes de investimentos que sejam contabilizados pelo método de equivalência patrimonial – NRF 23 (Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas)
- Contratos de seguro de empresas seguradoras
- Alterações no justo valor de activos financeiros e passivos financeiros, ou a sua alienação – IAS 39 (instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração)
- Alterações no valor de outros activos correntes
- Reconhecimento inicial e de alterações no justo valor de activos biológicos, relacionados com a actividade agrícola – NRF 12 (Agricultura)
- Reconhecimento inicial de produtos agrícolas – NRF 12 (Agricultura)
- Extração de minérios

### **3.3 Reconhecimento**

A estrutura conceptual define rendimento como sendo *o processo de incorporar no balanço e na demonstração de resultados um elemento que satisfaça a definição de uma classe e ainda os seguintes critérios de reconhecimento: (a) for provável que benefício*

*económico futuro, associado com o elemento, fluirá para, ou de, a entidade; e (b) o elemento tiver um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.*

Estar ligado ao desempenho da empresa neste caso o reconhecimento será feito na Demonstração de resultados

### **3.3.1 Reconhecimento de rédito de bens**

A norma estabelece que o rédito proveniente da venda de bens deve ser reconhecido quando tiverem sido satisfeitos todas as seguintes condições:

- A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios significativos da propriedade dos bens;
- A entidade não mantenha nem o envolvimento continuado de gestão num grau geralmente associado com a propriedade, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser medidos com fiabilidade.

A transferência dos riscos e vantagens da propriedade dos bens dá-se, normalmente com a entrega física do bem e a transferência dos riscos e as vantagens inerentes a posse do bem. Muitas vezes a entidade vendedora retém alguns direitos (p.e. direito legal de propriedade sem contudo beneficiar dos benefícios gerados pelo bem). Nesta circunstância o rédito deve ser reconhecido privilegiando a substância da operação e detrimento da forma que o processo envolve.

### ***3.3.2 Reconhecimento de prestação de serviços***

A Norma define igualmente os critérios para reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços são os seguintes:

- Se o desfecho da transacção for estimado com fiabilidade, o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço;
- Se o desfecho da transacção não for estimado com fiabilidade, o rédito é reconhecido na medida em que os gastos sejam recuperáveis
- O reconhecimento do rédito na prestação de serviços com referência à fase de acabamento é com base no método de percentagem de acabamento.
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser medida com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser medidos com fiabilidade.

Estes requisitos são para nós importante na medida em que a empresa de estudo é uma prestadora de serviços.

A facturação é irrelevante para efeitos de determinação do rédito na prestação de serviços.

No caso da empresa em estudo o reconhecimento do redito é pacífico pois normalmente é facturado e cobrado na mesma data em que se presta o serviço.

### ***3.3.3 Reconhecimento de juros, royalties e dividendos***

O rédito proveniente do uso por outros de activos da empresa que produzem juros, royalties e dividendos deve ser reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros devem ser reconhecidos utilizando o método de juros efectivos;

- Os royalties devem ser reconhecidos na base do acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;
- Os dividendos devem ser reconhecidos quando se estabelecer o direito dos accionistas receber o pagamento.

### 3.4 Mensuração

Mensuração, segundo a Estrutura Conceptual do SNCRF é *o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais as classes das demonstrações financeiras devam ser reconhecidas e relatadas no balanço e na demonstração de resultados.*

Segundo a norma, o rédito deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Muitas vezes o valor nominal da transacção é superior ao justo valor do bem. Neste caso uma entidade é obrigada a retirar da quantia nominal da transacção o juro (normalmente devido ao deferimento do pagamento) incluído no valor nominal e reconhece-lo como tal e de acordo com o estabelecido na norma.

### 3.5 Divulgações

A norma estabelece ainda um conjunto de divulgações que uma entidade é obrigada a fazer como seja:

- As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços;
- A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de venda de bens, prestação de serviços, juros, royalties e dividendos;



Do exposto podemos considerar que existe uma relação entre as operações activas em sede do IVA e o reconhecimento do redito. Daí entendemos que durante o processo de relato financeiro uma entidade deve fazer uma reconciliação dos valores divulgados sendo este processo, em si, um elemento de validação de saldos quanto mais não seja para a maioria dos casos em que não existe muitas dúvidas em *quando* reconhecer o redito.

Por esta razão entendemos ainda que este é mais um ponto de ligação entre a contabilidade e a fiscalidade.

## **CAPÍTULO IV – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA PROCURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA TRANSCOR, SA**

### **4.1 A fixação das tarifas e o seu controlo**

A Agência de Regulação Económica é a autoridade administrativa independente e dotada de competência reguladoras de diversas actividades económicas onde estão incluídos os Transportes Colectivos Urbanos de passageiro – TCUP. Regula, supervisiona e sanciona as infracções no sector económico.

A 26 de Julho de 2004 foi aprovado o Decreto – Lei nº 30/2004 que aprova o Regime Jurídico que regulamenta os transportes Colectivos Urbanos de Passageiros com vista a impor ordem e disciplina nas carreiras e aumentar os índices de qualidade e segurança na circulação rodoviária.

No dia 26 de Julho de 2006 foi aprovado pela ARE o despacho nº 8 que estabelece o regulamento de preços e tarifas aplicáveis às empresas do sector, ou seja a metodologia de cálculo das tarifas do sector de TCUP.

A 28 de Fevereiro de 2008, a ARE através do despacho 01/2008 procedeu a actualização dos preços dos bilhetes dos Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros.

A 01 de Janeiro de 2013 procedeu a adequação dos preços dos serviços regulados pela agência, com base na incidência do IVA, aprovada pela Lei de Orçamento para o ano de 2013.

O cálculo das tarifas de preços tem como objectivo garantir a justa remuneração dos investimentos e do custo operacional visando sempre o bem-estar dos utentes.

A regulação do preço tem como princípios proteger os consumidores garantindo um serviço de qualidade sem preços abusivos e discriminatórios; garantir o acesso aos

meios de transporte a todas classes sociais; evitar manobras de distorção de preços; garantir o cumprimento das normas técnicas, operacionais, fiscais e sociais estabelecidas para o sector dos transportes.

Os preços e tarifas cumprem alguns objectivos entre os quais: permitir as empresas de TCUP oportunidades de obter receitas suficientes para cobrir os custos de operação, os impostos, as amortizações e uma taxa de rentabilidade que garante a remuneração adequada do capital investido; assegurar aos utentes o custo mínimo razoável com preços adequados ao nível da qualidade dos serviços prestados.

As tarifas são revistas anualmente tendo em conta a alteração dos preços de combustíveis (se forem superior a 12%) e modificações substanciais nas normas tributárias.

A tarifa dos passes comuns é calculada a partir do bilhete avulso não podendo ser menos que 65 (sessenta e cinco) nem mais de 80 (oitenta), vezes o preço do bilhete, segundo o artigo 14º do Regulamento de preços e tarifas dos TCUP. Exemplo:  $43\$00 \times 80 = 3.440\$00$

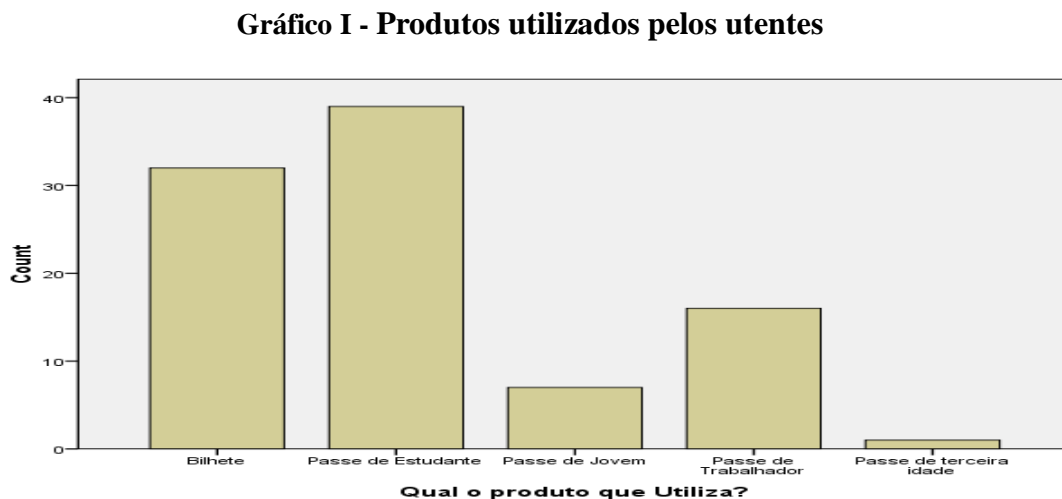
Por sua vez, a tarifa dos passes sociais é calculada a partir do bilhete avulso não podendo ultrapassar 65 (sessenta e cinco) vezes o preço do bilhete, segundo o artigo 15º do Regulamento de preços e tarifas dos TCUP. Exemplo:  $43 \times 65 = 2.795\$00$

## **4.2 Resultados do inquérito**

Foi realizado um inquérito a fim de saber se e porquê das pessoas deixaram ou passaram a utilizar com menos frequência os serviços da Transcor, SV, SA. Foram inquiridas 152 pessoas entre os quais 112 estudantes, 23 trabalhadores, 9 desempregados e 8 aposentados. A maioria mora em Monte Sossego ou em Fernando Pó/Ribeira de Craquinha e trabalham na cidade, o que justifica a utilização de transporte. Em relação aos estudantes, são os maiores utilizadores dos serviços da empresa. Por conseguinte os

passes de estudantes são os produtos mais vendidos, seguidos dos bilhetes, os passes de trabalhadores, de jovens e por último da terceira idade.

O exposto pode ser traduzido no gráfico seguinte:



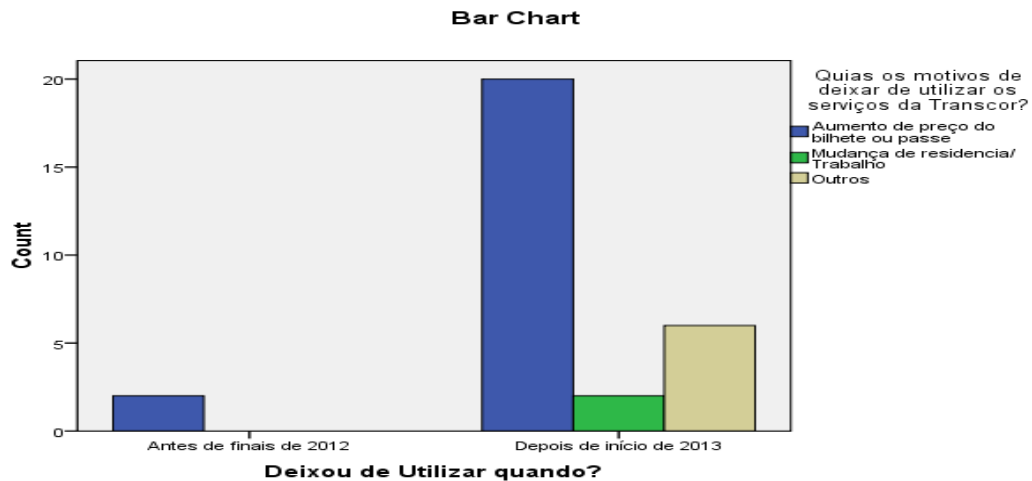
Fonte: Elaboração própria

No ano de 2013 houve um aumento dos preços final dos produtos (bilhetes e passes) oferecidos pela empresa. Em consequência disto, algumas pessoas deixaram de utilizar e outras passaram a utilizar com menos frequência estes serviços.

Assim, dos inquiridos, 32 deixaram de utilizar e 27 passaram a utilizar com menos frequência

Dos que deixaram de utilizar os serviços da Transcor SV, SA, 4 foram em 2012 e 28 depois de início de 2013. As razões pelo qual motivaram este abandono foram principalmente o aumento de preços dos produtos.

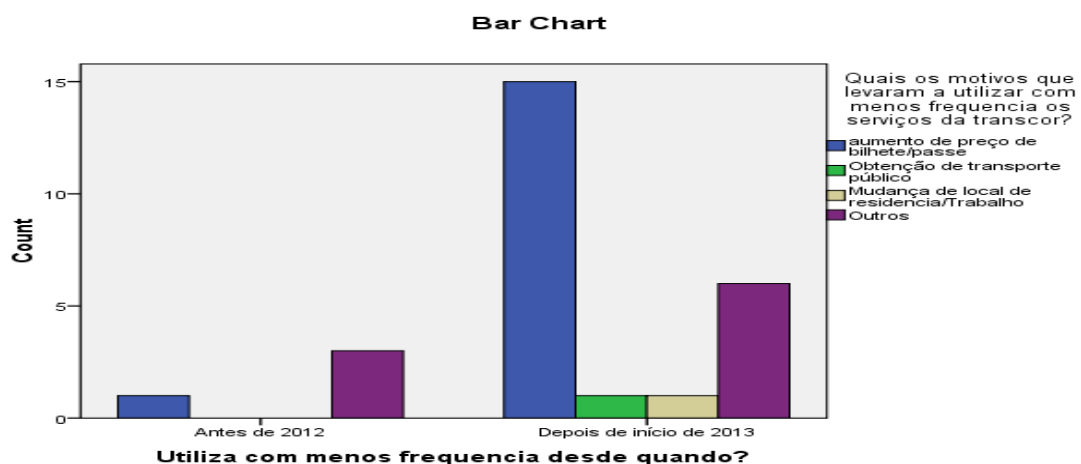
**Gráfico II – Cessação dos Serviços**



Fonte: Elaboração própria

Relativamente aos que passaram a utilizar os serviços com menos frequência, 4 foram em finais de 2012 e 23 depois de início de 2013. Da mesma forma, as razões que levaram esta diminuição foi o aumento do preço dos produtos, conforme o gráfico em baixo.

**Gráfico III – Frequência dos serviços**



Fonte: Elaboração própria

Do inquérito realizado concluímos que a maior parte das pessoas deixaram ou passaram a utilizar os serviços da Transcor depois de início de 2013, quando da entrada em vigor da nova base tributária do IVA. Concluiu-se também que não houve muita divulgação nem por parte da ARE, nem pelo Ministério de Finanças do novo preço dos produtos ou da nova base tributária. A maior parte das pessoas inquiridas não sabem que no valor do produto encontra-se incluído o IVA e nem conhecem os motivos que levaram os preços a aumentar.

Relembramos que o aumento do preço final, segundo a ARE foi exclusivamente IVA que em termos efectivos passou de 2,25 para 15%. A real dimensão deste aumento pode ser conferida no capítulo seguinte com base em dados da empresa.

## **CAPÍTULO V - ESTUDO DE CASO TRANSCOR, SV, SA**

### **5.1 Metodologia para estudo de caso**

Preparamos a parte prática com uma metodologia própria que em, nossa opinião, nos permitiu alcançar os objectivos estabelecidos inicialmente.

Começámos o estudo com visitas para conhecimento da empresa, do seu negócio, do meio transaccional e sua organização. Numa segunda fase recolhemos a documentação contabilística (DF's e outras peças contabilísticas como sendo estratos de conta da contabilidade balancetes etc.) dos últimos 4 anos e legislação específica.

Com base nestes documentos preparamos a informação que constam dos quadros que a seguir indicamos. A ideia foi compreender a evolução do negócio, sua rentabilidade e a própria evolução financeira. Neste sentido preparamos ainda um quadro com vários indicadores de natureza económica e financeira que nos permitiu formar uma ideia da empresa.

Posto isto, elaboramos uma entrevista (com perguntas abertas) e em vários encontros entrevistamos o Presidente do Conselho de Administração e o Director Financeiro que nos esclareceu todos os aspectos que ditaram as alterações na posição económica e financeira, principalmente em 2013. Não há margem para dúvidas! Eles considerem que a derrocada que a empresa sofreu em 2013 foi, na sua quase totalidade devido as alterações introduzidas no IVA.

Terminamos a parte prática retirando algumas conclusões e relacionando-os com a parte teórica referida nos capítulos anteriores.

## 5.2 Apresentação da empresa

**A TRANSCOR, SV SA.** – Transportes Rodoviários de Passageiros de São Vicente S.A., é uma sociedade anónima, constituída a 20 de Dezembro do ano de 2002, publicado do BO nº 49 II Série, com a capital social de 50.000.000\$00 (cinquenta milhões de escudos).

A sua sede fica situada na Avenida Manuel de Matos – Chã de cemitério, São Vicente e a sua actividade é a de exploração de transportes rodoviários de passageiros especialmente os serviços públicos de transportes colectivos rodoviários.

Os órgãos sociais são compostos por: (i) Assembleia Geral (ii) um Conselho de Administração e (iii) um Conselho Fiscal.

A actividade da empresa é regulada pela Entidade de Regulação Económica – ARE- e está sujeita ao regime de preços fixados pela Autoridade Administrativa.

O corpo accionista é composto praticamente por trabalhadores que a quando da liquidação da Transcor E.P. apostaram no projecto e transformaram os recursos afectos a Delegação de São Vicente no que é hoje uma empresa reconhecida e com merecido prestígio a nível da ilha.

Em finais de 2013 empregava cerca de 128 trabalhadores, dos quais 63 eram também accionistas.

**A Missão** da sociedade esta assim Estabelecida: *“manter a liderança no mercado e desenvolver as actividades executadas pela empresa, com o objectivo de garantir um crescimento duradouro”*.

A Transcor SV,SA tem estabelecido diversos objectivos com enfoque na manutenção da performance financeira, na satisfação e motivação dos recursos humanos, no aumento do nível de qualidade do serviço prestado, entre vários outros.



A empresa opera num ramo de negócio sujeito a intervenção normativa e controlada por varias entidades como seja a ARE, a Direcção Geral dos Transportes Rodoviários e da própria Camara Municipal de São Vicente, que é que autoriza “linhas de transporte” mediante concurso públicos. São praticamente dois operadores a repartir o mercado cabendo a Transcor mais de 90% do mesmo.

A empresa opera com uma frota de 50 autocarros sendo 32 programados (operação diária) e 18 na reserva. A idade média dos autocarros situam, segundo, o Presidente do Conselho de Administração – PCA- é de 6,4 anos.

A dimensão numérica da empresa pode ser conhecida nos quadros (balanço e Demonstração de Resultados) constantes no ponto seguinte.

É uma empresa, no dizer do PCA, amiga do ambiente estando presentemente envolvida num projecto que irá permitir o uso de autocarros movidos a gaz. O organigrama da sociedade pode ser consultado em anexo.

### **5.3 O IVA nos produtos e serviços prestado pela empresa**

A sociedade é, na sua essência, uma prestadora de serviço com focalização para o transporte público (urbano) de passageiros. O transporte público de passageiro é uma actividade económica controlada pela ARE e sujeita a preços fixados por autoridade pública.

No entanto, a empresa tem outras fontes de receita, que segundo o PCA foram os responsáveis para salvar a empresa em 2013 na medida em que praticamente todas as “linhas” passaram a ser deficitárias com a alteração do IVA que aumentou o preço final pago pelo utente. Isto significa dizer que o principal negocio da empresa foi deficitário o que obrigou a empresa, ainda no dizer do PCA, desdobrar-se em esforço para inverter a tendência.

No leque dos outros rendimentos podemos encontrar a publicidade móvel, transporte turístico de passageiros e ainda rendas e alugueres de activos. O quadro VI do ponto 5.4.3 faz um resumo dos principais serviços, a relação com o IVA (liquidação) e ainda as alterações ocorridas em 2013.

#### **5.4 Análise económica e financeira dos efeitos ocorridos com a alteração introduzidas no IVA em 2013**

Como referimos no início deste capítulo, a nossa preocupação inicial foi compreender o negócio e o seu meio envolvente. Acreditamos que este conhecimento nos permitiu analisar os números da empresa e assim direccionar a nossa entrevista que tinha o principal propósito de nos ajudar a analisar a empresa, compreender a sua dimensão económica e financeira, e sobretudo, tirar conclusões firmes relativos ao impacto que as alterações introduzidas no IVA em 2013 tiveram na empresa.

Para analisar a perspectiva económica e financeira da empresa sistematizamos informação relativas a 4 anos seguidos (2010, 2011, 2012 e 2013). A ideia é, além de identificar tendência nos números, averiguar eventuais alterações ocorridas em 2013.

Efectivamente os dados falam por si e temos de concordar com os responsáveis da empresa ao afirmarem, sem margem para duvidas, que o principal motivo da derrapagem dos resultados em 2013 ficou a dever ao efeito alteração da base tributável em Sede do IVA.

De acordo com o PCA da empresa o efeito crise financeira que assola o mundo desde de 2008 também teve a sua quota-parte neste processo porque os utentes deixaram de andar de autocarro por não terem dinheiro. Pelo menos o suficiente para cobrir este gasto. Até o próprio preço fixado não ajudou.

De facto com o aumento de 2,25% para 15% da taxa do IVA o preço do bilhete aumento de 38 para 43 escudos. Contudo, na prática, foi um aumento para 45\$00 (cerca de 18%) devida a quase inexistência de 1\$00 no mercado para passar o troco. Importa clarificar, a partida, que para o sujeito final do imposto (neste caso passageiros) não interessa se o valor pago é IVA ou rendimentos da empresa. O facto é que passaram a pagar 45\$00 por cada bilhete. Numa altura de crise para uma pessoa que em média usa o autocarro 4 vezes por dia passa a ter um aumento médio mensal de 840\$00. Para uma família que cada vez tem menos dinheiro para gerir é natural que se ponha a fazer contas e procurar alternativas para o transporte. Muitos disseram (no questionário que aplicamos) que passaram a andar a pé.

Nos quadros seguintes resumimos os números da empresa (Demonstração de Resultados, balanço e indicadores) nos últimos 4 anos:

### Quadro III – Balanço comparado da empresa nos últimos 4 anos

#### Balanços

RÚBRICAS		Notas	Valores			
			31-12-2013	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO						
Activo Não Corrente						
Activos Fixos Tangíveis						
	Terrenos e recursos naturais	1	3.578.386,00	3.578.386,00	2.381.986,00	2.333.686,00
	Edifícios e Outras Construções	1	36.502.275,00	38.787.165,00	41.889.895,00	44.208.081,00
	Equipamento Básico	1	55.839.538,00	82.914.756,00	80.947.284,00	51.245.371,00
	Equipamento de Transporte	1	768.476,00	1.174.479,00	1.580.482,00	1.986.485,00
	Equipamento Administrativo	1	1.358.980,00	1.817.281,00	2.153.515,00	2.096.044,00
	Outros Activos Fixos Tangíveis	1	431.232,00	691.007,00	953.825,00	306.732,00
Total			98.478.887,00	128.963.074,00	129.906.987,00	102.176.399,00
Propriedades de Investimentos						
	Edifícios e Outras Construções		0,00	0,00	364.000,00	0,00
Total			0,00	0,00	364.000,00	0,00
Activos Intangíveis						
	Programas de Computador	2	35.605,00	235.693,00	574.592,00	816.060,00
Total			35.605,00	235.693,00	574.592,00	816.060,00
Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial						
Total do Activo não Corrente			98.514.492,00	129.198.767,00	130.845.579,00	102.992.459,00
Activo Corrente						
Inventários:						
	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	3	14.626.760,00	12.411.077,00	16.562.126,00	13.197.750,00
	Outros Produtos de Consumo		0,00	0,00	0,00	0,00
Total			14.626.760,00	12.411.077,00	16.562.126,00	13.197.750,00
	Cientes	4	13.362.436,00	8.082.088,00	7.339.178,00	4.936.388,00
	Adiantamento a Fornecedores					
	Estado e Outros Entes Públicos	5	8.210.291,00	10.766.412,00	26.157.756,00	8.924.150,00
	Outras Contas a Receber	6	2.202.509,00	2.927.992,00	1.703.112,00	25.607.017,00
	Pessoal		20.500,00	500,00	42.500,00	0,00
	Diferimentos	7	1.113.144,00	1.432.835,00	1.438.445,00	1.517.166,00
	Caixa e Depósitos Bancários	8	10.054.899,00	27.479.449,00	2.683.908,00	9.266.537,00
Total			34.963.779,00	50.689.276,00	39.364.899,00	50.251.258,00
Total do Activo Corrente			49.590.539,00	63.100.353,00	55.927.025,00	63.449.008,00
Total do Activo			148.105.031,00	192.299.120,00	186.772.604,00	166.441.467,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital Próprio		9				
	Capital Realizado		50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00
	Accções (Quotas) Próprias		368,00	679,00	-165.587,00	-644.527,00
	Reservas Legais		7.028.832,00	5.935.915,00	4.928.683,00	3.464.543,00
	Outras Reservas		25.987.760,00	22.818.722,00	20.666.974,00	15.196.112,00
	Resultados transitados		-1.390.118,00	-1.390.118,00	-1.390.118,00	-1.390.118,00
	Resultado Líquido do Período		6.726.227,00	21.858.340,00	20.144.644,00	29.282.809,00
Total do Capital Próprio (antes de Interesses Minoritários)			88.353.069,00	99.223.538,00	94.184.596,00	95.908.819,00
Interesses Minoritários						
Total do Capital Próprio			88.353.069,00	99.223.538,00	94.184.596,00	95.908.819,00
PASSIVO						
Passivo não Corrente						
	Provisões	10	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
	Financiamentos Obtidos	11	14.476.637,00	36.130.519,00	34.449.856,00	22.659.281,00
Total do Passivo não Corrente			14.776.637,00	36.430.519,00	34.749.856,00	22.959.281,00
Passivo Corrente						
	Fornecedores	12	8.859.335,00	11.080.865,00	10.626.899,00	9.633.540,00
	Estado e Outros entes Públicos	13	9.181.775,00	11.177.211,00	18.374.708,00	9.786.367,00
	Financiamentos Obtidos	11	17.750.758,00	24.237.717,00	22.102.871,00	21.022.077,00
	Outras Contas a Pagar	14	2.170.250,00	1.766.706,00	931.893,00	573.968,00
	Pessoal	15	5.450.947,00	5.017.266,00	4.738.767,00	4.270.619,00
	Diferimentos	16	1.562.260,00	3.365.298,00	1.063.014,00	2.286.796,00
Total do Passivo Corrente			44.975.325,00	56.645.063,00	57.838.152,00	47.573.367,00
Total do Passivo			59.751.962,00	93.075.582,00	92.588.008,00	70.532.648,00
Total do Capital Próprio e do Passivo			148.105.031,00	192.299.120,00	186.772.604,00	166.441.467,00

Fonte: Base Demonstrações Financeiras da Transcor SV, SA

**Quadro IV – Demonstração de Resultados comparado da empresa nos últimos 4 anos**

RÚBRICAS	Valores			
	2013	2012	2011	2010
Vendas e Prestação de Serviços	222.493.675,00	259.111.024,00	240.606.474,00	234.794.668,00
Gasto com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-97.071.611,00	-104.501.443,00	-100.584.614,00	-78.984.601,00
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>125.422.064,00</b>	<b>154.609.581,00</b>	<b>140.021.860,00</b>	<b>155.810.067,00</b>
Fornecimentos e Serviços Externos	-11.941.080,00	-12.957.886,00	-12.794.621,00	-13.524.699,00
<b>Valor Acrescentado Bruto</b>	<b>113.480.984,00</b>	<b>141.651.695,00</b>	<b>127.227.239,00</b>	<b>142.285.368,00</b>
Gastos com o Pessoal	-68.419.885,00	-69.954.877,00	-67.784.444,00	-62.858.875,00
Imparidades de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	0,00	0,00	0,00	-569.163,00
Outros Rendimentos e Ganhos	5.244.822,00	4.877.327,00	2.902.522,00	3.509.876,00
Outros Gastos e Perdas	-6.261.944,00	-6.939.258,00	-6.930.567,00	-5.109.243,00
<b>Resultados Antes de Depreciações, Amortizações, Perdas/Ganhos de Financiamento</b>	<b>44.043.977,00</b>	<b>69.634.887,00</b>	<b>55.414.750,00</b>	<b>77.257.963,00</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-31.022.427,00	-32.483.895,00	-25.916.648,00	-35.271.910,00
Perdas/reversões por Imparidade de Activos Depreciáveis/Amortizáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado Operacional (Antes de Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos)</b>	<b>13.021.550,00</b>	<b>37.150.992,00</b>	<b>29.498.102,00</b>	<b>41.986.053,00</b>
Juros e Ganhos Similares Obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Perdas Similares Suportados	-4.044.314,00	-8.006.539,00	-2.510.763,00	-2.937.657,00
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>8.977.236,00</b>	<b>29.144.453,00</b>	<b>26.987.339,00</b>	<b>39.048.396,00</b>
Imposto Sobre Rendimento do Período	2.251.009,00	7.286.113,00	6.842.695,00	9.765.587,00
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>6.726.227,00</b>	<b>21.858.340,00</b>	<b>20.144.644,00</b>	<b>29.282.809,00</b>

Fonte: Base Demonstrações Financeiras da Transcor SV, SA

### Quadro V - Indicadores Económicos e Financeiros da empresa

Racio económicos e Financeiros	2010	2011	2012	2013
Liquidez Geral	133%	97%	111%	110%
Liquidez Reduzida	106%	68%	89%	78%
Solvabilidade Total	136%	102%	107%	173%
Autonomia Financeira	58%	50%	52%	70%
<i>Debt to Equity</i>	74%	98%	94%	58%
Estrutura do Endividamento	67%	62%	61%	75%
Margem Bruta das Vendas	66%	58%	60%	56%
Rendibilidade Operacional das Vendas	18%	12%	14%	6%
Rotação do Activo	141%	129%	135%	150%
Rendibilidade do Activo (RA)	25%	16%	19%	9%
Estrutura de Financiamento	174%	198%	194%	143%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	31%	21%	22%	6%
Prazo Médio de Recebimento (dias)	8	11	11	19
Prazo Médio de Pagamento (dias)	44	39	40	34
PMA de Existências	61	60	43	55
Ciclo de Caixa	-10	-10	7	-2

Fonte: Base Demonstrações Financeiras da Transcor SV, SA

De uma leitura rápida dos quadros, três aspectos saltam a vista: (i) é uma empresa sólida em termos de equilíbrio financeira, (ii) um negócio com um bom nível de rentabilidade (pelo menos até 2013), e (iii) derrapagem económica em 2013.

Os responsáveis da empresa explicam a situação (inversão na tendência dos resultados em 2013). Os pontos seguintes foram redigidos considerando as inferências que se pode ler dos quadros e das implicações da empresa recolhidas, como se disse, em entrevistas.

#### 5.4.1 *Análise económica*

A tendência sempre crescente das vendas nos últimos anos sofreu, em 2013, uma redução na ordem dos 14%. Como dissemos, quer o PCA, quer o Director Financeiro atribuem esta redução a dois factores (i) alterações na taxa do IVA e (ii) conjuntura económica desfavorável. Identifiquem ainda uma inter-relação entres estes factores.

Somos todavia de opinião de que as alterações no IVA serviu de um elemento catalisador na medida em que 2012 já estávamos num ambiente de crise e, entretanto as vendas cresceram.

Os gastos variáveis sofreram igualmente reduções (cerca de 7%), contudo numa dimensão menor. De facto e apesar de, segundo o PCA, terem reduzido número de autocarros por linha o facto é que estes continuaram a andar muito embora com muito menos passageiros. Nestas condições o consumo de combustível não se alterou. Esta realidade conjugada com a redução das vendas provocou uma redução nos resultados operacionais e nos resultados líquidos na ordem dos 69%.

No dizer do PCA a empresa só gerou um resultado (um lucro) e distribui cerca de 6.000 contos aos accionistas graças às outras actividades nomeadamente serviços de publicidade móvel e compromissos com serviços de transporte prestado a outras empresas e transporte de turista que ainda no total representaram mais de 15.000 contos. É neste sentido que vimos a rentabilidade das vendas, rentabilidade do activo e rentabilidade do capital próprio a reduzirem significativamente em 2013. Por exemplo a rentabilidade dos capitais próprios reduzem de 22 para 6% quando nos últimos anos esteve sempre acima dos 20%.

Por esta razão o PCA afirma que esforços internos estão a ser feito em busca de eficiência. Como não acredita que o Governo vá alterar (repor) novamente a situação do IVA a solução será melhorar a eficiência e eficácia de gestão. Esta melhoria passa para a procura de novos serviços (complementares) emagrecimento (o máximo possível) da estrutura de custo da empresa e apostar em investimentos que permitam uma maior rentabilidade. Só assim será possível reposicionar o Mercado.

A rentabilidade ainda ficou beliscada pelo atraso (sistemático) no reembolso dos pedidos do IVA. De facto, pese embora não ter provocado constrangimentos graves a nível de tesouraria (no dizer do PCA) se o dinheiro estivesse na posse da empresa este

poderia ser aplicado doutra forma e gerado novos rendimentos. De notar que pese embora o significativo atraso no reembolso o Estado não pagou qualquer juro de mora. O PCA esclarece que a nível da tesouraria, só não tiveram problemas devido ao facto de os compromissos bancários (financiamento de autocarros) terem praticamente chegado ao fim.

Com este cenário, temos de concordar com a empresa e dizer que, de facto, pese embora não ter sido essa a intenção do Governo, a alteração nas taxas do IVA em 2013 teve um impacto significativo e negativo na empresa e na vida dos consumidores finais.

#### ***5.4.2 Analise Financeira e Monetária***

Em termos financeiros pese, embora a situação económica verificada em 2013 a empresa apresenta um situação financeira perfeitamente equilibrada com um activo relativamente novo (ou na melhor da hipótese ainda em bom estado) tendo em conta da vida média actual do principal equipamento – Autocarros. A empresa também é dona de um importante edifício e instalações onde tem a sua sede social e oficina mecânica. Tem tido uma política de reter na empresa parte dos rendimentos gerados consolidando, assim, a estrutura de capitais.

O passivo quando comparado com o capital próprio é perfeitamente comportável e o ciclo de caixa é relativamente reduzido na medida em que praticamente as “venda” são a pronto.

A empresa goza de uma sólida autonomia financeira e liquidez conforme se poderá conferir no quadro de indicadores económicos.



### 5.4.3 A quantificação do impacto verificado

Numa tentativa de demonstrar melhor a situação ocorrida em sede do IVA na Empresa durante o ano de 2013 apresentamos, de seguida dois quadros que evidenciam claramente a inversão ocorrida em 2013:

**Quadro VI – Comparação do IVA nos anos 2012 e 2013**

PRODUTOS / SERVIÇOS	ANO 2012			ANO 2013		
	Redito	Base inc. IVA	IVA Iquidado	Redito	Base inc. IVA	IVA Iquidado
BILHETE	186.101.603,00	2,25%	4.186.988,00	155.058.477,00	15%	23.258.771,55
PASSES FUNCIONÁRIO	24.878.162,00	2,25%	559.758,65	19.823.927,00	15%	2.973.589,05
PASSES ESTUDANTE	14.630.600,00	2,25%	329.188,50	12.251.506,00	15%	1.837.725,90
PASSES JOVEM	10.323.075,00	2,25%	232.269,19	6.953.430,00	15%	1.043.014,50
PASSES 3ª IDADE	4.345.450,00	2,25%	97.772,63	3.651.220,00	15%	547.683,00
FRETES	5.765.210,00	15,00%	864.781,50	8.748.427,00	15%	1.312.264,05
COMPROMISSOS	6.159.056,00	15,00%	923.858,40	7.555.475,00	15%	1.133.321,25
REPARAÇÕES MECANICAS	280.848,00	15,00%	42.127,20	184.184,00	15%	27.627,60
PUBLICIDADE	6.472.443,00	15,00%	970.866,45	7.876.809,00	15%	1.181.521,35
CARTÃO PASSE	154.577,00	15,00%	23.186,55	419.535,00	15%	62.930,25
REND. SUPLEMENTARES	114.402,00	15,00%	17.160,30	135.057,00	15%	20.258,55
<b>TOTAL</b>	<b>259.225.426,00</b>		<b>8.247.957,36</b>	<b>222.658.047,00</b>		<b>33.398.707,05</b>

Fonte: Elaboração própria com base Demonstrações Financeiras da Transcor SV, SA

Com esta alteração o estado encaixou mais de 25.000 contos em imposto tendo este valor traduzido no aumento do preço final dos serviços prestado pela Transcor. Segundo o PCA este e outros factores (mas principalmente este) originaram uma quebra de venda estimada em cerca de 43.000 contos (equivalente a não venda de 100.000 bilhetes mais passes).

No que se concerne ao reembolso a situação poderá ser resumida da seguinte forma:

### Quadro VII – Reembolso do IVA últimos 4 anos

ANOS	REPORTE	IVA SUPTADO	IVA LIQUIDADO	IVA APURAMENTO		REEMBOLSO	REEMBOLSOS PENDENTES
				A Recuperar	A PAGAR		
2010	5.735.518,00	19.306.946,00	6.862.018,00	18.180.446,00	0,00	9.256.297,00	8.924.149,00
2011	8.924.149,00	25.473.796,00	7.540.352,00	26.857.593,00	0,00	699.838,00	26.157.755,00
2012	26.157.755,00	21.015.194,00	8.247.973,00	38.924.976,00	0,00	37.765.748,00	1.159.228,00
2013	1.159.228,00	15.154.690,00	33.394.324,00	0,00	17.080.406,00	1.159.228,00	0,00

Fonte: Elaboração própria com base Demonstrações Financeiras da Transcor SV, SA

Duma situação de constante pedido de reembolso a empresa passou a “pagar” ao Estado IVA liquidado aos clientes. Este pagamento resulta do efeito conjugado de dois factores: (i) aumento do IVA liquidado e redução do IVA suportado pois a empresa é um “consumidor” do gasóleo e este tenha a sua base majorado conforme pudemos comprovar já neste documento. Apesar de no dizer do PCA a empresa ter a sua situação perfeitamente em dias em termos de pagamento do imposto ela continua com valores significativos a receber do Estado relativo a saldos de pedido de reembolso que acumulam desde de 2009.

Se tínhamos algumas dúvidas relativo a influência que o IVA teve no desempenho da empresa em 2013, acreditamos que ficou completamente comprovado que efectivamente a alteração do IVA influenciou significativamente os resultados em 2013.

### 5.5 Principais conclusões do estudo do caso

Relativamente ao estudo do caso podemos então concluir que:

- O IVA, contrariamente a pretensão do Governo influenciou significativamente e negativamente a empresa durante o ano de 2013;
- O nível de desempenho nos anos futuros muito dificilmente atingirá os níveis do passado se esta situação continuar;

- Na perspectiva do consumidor final o facto é que o preço aumentou para níveis quase inportáveis levando a que muitos deixassem de utilizar este meio de transporte;
- A empresa, no dizer do seu Presidente, está convencida de que muitos dos utentes não estão suficientemente esclarecidos dos reais motivos do aumento do preço final dos bilhetes pois por altura das alterações da taxa do IVA não se fez uma divulgação suficientemente esclarecedora. Admite ainda que por esta razão muitos utentes atribuem a “responsabilidade do aumento a empresa. Aliás no questionário aplicado também ficamos com esta convicção;
- Que o Processo de reembolso do IVA não é um processo linear e simples conforme se deixam entender.

## CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, falamos dos diversos impostos em Cabo Verde em especial sobre o IVA. Explicamos o seu tratamento e dissemos que uma das características é a neutralidade. Demonstramos que com o alargamento da base tributária os produtos oferecidos pela Transcor e que por sinal são regulados pela Administração ficaram mais caros, levando os utentes da empresa que são consumidores finais a deixar ou a usa-los com menos frequência. Em consequência o volume de vendas da empresa diminuiu consideravelmente.

No dizer do PCA da Transcor tiveram que reformular os seus custos, como a despesa com o pessoal e o número de autocarro a operar nas linhas, para poder contrabalançar a diminuição das vendas e apostaram nos serviços de publicidade e arrendamento. Pensam também negociar com a ARE para substituir o gasóleo despachado para o cativo para diminuir os gastos. Foi uma boa política diminuir os gastos, evitando assim uma derrapagem maior da empresa. E deve continuar à procura soluções para diminuir outros gastos, pois com a crise e com esse aumento a cada dia o consumidor final tem mais dificuldades para comprar os seus produtos.

Dissemos também que uma das características do IVA é a neutralidade. Isto não alterou, pois a empresa passou a liquidar numa base de 100%, mas suporta também nessa mesma base, deduz o seu imposto e entrega a diferença ao Estado, terminando assim o regime sistemático de crédito. Embora no dizer dos responsáveis da Transcor, ainda possuir um crédito antigo, pois enfrentaram muitas dificuldades para poderem receber o reembolso do IVA. A empresa reclama do Ministério de Finanças não respeitar a lei de reembolso, pois nunca cumpriu o prazo dos três meses. Pelo contrário passou anos para responder aos pedidos. Muitas vezes tiveram que recorrer a financiamentos bancários para resolver o problema de tesouraria, pagando juros e não recompensados pelo fisco que nunca paga juros compensatórios. O PCA vai mais longe dizendo que Repartição de Finanças de São Vicente, que é o representante do Ministério no concelho é o órgão indicado para intermediário entre os sujeitos passivos e o fisco. Mas que são as

empresas quem contacta a Direcção Geral do Tesouro para obter informações sobre os pedidos de reembolsos e isso pode levar semanas ou meses.

O Ministério de finanças deve rever os seus serviços nos diversos concelhos e dar-lhes poder de decisão para evitar os constrangimentos das empresas quase nunca saber informações quando precisam. Não cumprindo assim com a lei sobre o direito à informação. Quando do atraso nos pagamentos, o fisco também deve pagar os juros compensatórios.

Sobre o assunto, a senhora Ministra de Finanças numa entrevista alega que o atraso no reembolso do IVA prende-se com o problema de fraude e evasão fiscal e que a maioria das empresas com crédito deviam outros impostos ao Estado. O PCA da Transcor SV, SA diz que a empresa nunca constou dessa lista, pois é cumpridora de suas obrigações fiscais.

No dizer do PCA, o Governo necessita de verbas para funcionamento do aparelho do Estado e vai procura-las nas empresas. Que o alargamento da base tributária do IVA foi uma forma de financiar o Estado.

Demonstramos que em 2013 o montante do IVA liquidado pela empresa foi bastante significativo. Isto quer dizer que quem saiu a ganhar com a nova base tributária do IVA, foi o Estado de Cabo Verde. Não reembolsa a empresa e arrecada mais receitas.

## **BIBLIOGRAFIA**

Almeida, R. M. (2009). SNCRF O Sistema Normalização Contabilística e de Relato Financeiro de Cabo Verde. Edições Técnicas, Lda.

Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (2010). Elementos de Contabilidade Geral 25ª Edição. Áreas Editora, SA.

Costa, C. B., & Alves, G. C. (2013). Contabilidade Financeira 8ª Edição. Rei Livros.

Devesa, J. (2004). IVA Código do imposto sobre o Valor Acrescentado 2ª Edição. Almedina.

D'Oliveira, T. (2007). Teses e Dissertações 2ª Edição. Lisboa: Editora RH,Lda.

Maidana, N. M. (Dezembro de 2003). IVA Imposto sobre Valor Acrescentado em Cabo Verde, Análise comentada da legislação aplicável, 1ª Edição. Cabo Verde: Gráfica da Praia.

Major, M. J., & Vieira, R. (2009). Contabilidade e Controlo de Gestão, Teoria, Metodologia e Prática. Escolar Editora.

Nabais, C., & Nabais, F. (2013). Prática Contabilística SNC + NCM. 5ª Edição. Lidel - Edições Técnicas, Lda.

Rodrigues, J. (2011). Sistema de Normalização Contabilística Explicado. Porto Editora.

Rodrigues, J. A. (2004). Neutralidade - Código do IVA 19ª Edição. Reis dos Livros.

Silva, C., & Gomes, E. (2003). IVA & RITI Imposto sobre o Valor Acrescentado, Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias. Lidel.

## **LEGISLAÇÃO**

- BO Nº 1 I SÉRIE DE 15 DE JANEIRO DE 1996

Decreto – lei nº 1/96 de 01 de Janeiro de 1996- Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos

- BO Nº 21 I SERIE DE 14 DE JULHO

Decreto-Lei nº 21/VI/2003 de 14 de Julho de 2003 – Implementação do Imposto sobre o valor acrescentado

Lei nº 22/2003 de 14 de Julho – Registo dos sujeitos passivos

Lei nº 23/VI/2003 de 14 de Julho – Regime das infracções relativas ao IVA

- BO Nº 30 DE 15 DE SETEMBRO DE 2003

Lei n.º 30/VI/2003 de 15 de Setembro - Regime de restituição de IVA às representações diplomáticas e consulares

Lei n.º 31/VI/2003 de 15 de Setembro - Isenção na importação de pequenas remessas sem carácter comercial, proveniente de estrangeiro

Lei n.º 32/VI/2003 de 15 de Setembro - Regime dos bens em segunda mão, objectos de arte, de colecção e antiguidades

Lei n.º 33/VI/2003 de 15 de Setembro - Isenção de importação de mercadorias contidas na bagagem dos viajantes

Lei n.º 34/VI/2003 de 15 de Setembro - Reembolso de IVA a sujeitos passivos não estabelecidos em território nacional

- BO Nº 34 I SÉRIE DE 13 DE OUTUBRO DE 2003

Portaria nº 24/2003 de 13 de Outubro – reservas de emissão de facturas ou documentos equivalentes por tipografias devidamente autorizadas

-SUP. BO Nº 35 I SERIE DE 20 DE OUTUBRO DE 2003

Decreto-Lei nº 39/2003 de 20 de Outubro – Adaptação do Plano Nacional de Contabilidade

- BO Nº 44 I SÉRIE DE 29 DE DEZEMBRO

Portaria nº 31/2003 de 29 de Dezembro – Aprovado o modelo 110 de Inscrição, Alteração e Cessação de actividade dos sujeitos passivos do IVA

Portaria nº 32/2003 de 29 de Dezembro – Aprovado o símbolo identificativo do serviço do IVA

Portaria nº 33/2003 de 29 de Dezembro – Aprovado o modelo 115 de restituição do IVA às representações diplomatas e consulares

Despacho de 19 de Dezembro de 2003 – Isenção das amostras e ofertas de pequeno valor sem carácter comercial

Despacho de 19 de Dezembro de 2003 – Aprova os modelos dos livros relativos ao lançamento das operações realizadas no âmbito do IVA

- SUP. BO Nº 44 DE 30 DE DEZEMBRO

Decreto-Lei nº 59/2003 de 30 de Dezembro – Regime especial de Isenção do IVA nas aquisições de bens para exportação por Entidades de carácter humanitário ou educativo

Decreto-Lei nº 60/2003 de 30 de Dezembro – Regime especial de Utilização de máquinas registadoras e automáticas

Decreto-Lei nº 61/2003 de 30 de Dezembro – Regulamentação de Fiscalização de bens em circulação no território nacional e que sejam objectos de transacção entre sujeitos passivos

Decreto-Lei nº 62/2003 de 30 de Dezembro – Criação da Direcção de Serviços do IVA

Decreto-Lei nº 63/2003 de 30 de Dezembro – Regime especial do IVA sobre transmissão de bens sujeitos a preço fixado por Autoridade Pública

Decreto-Lei nº 64/2003 de 30 de Dezembro – Regime transitório de compensação do Imposto de Consumo suportado nas existências dos sujeitos passivos do IVA

Decreto-Lei nº 65/2003 de 30 de Dezembro - Regime de pagamento e reembolso do IVA

-BO Nº 3 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2004

Lei nº 38/VI/2004 de 2 de Fevereiro - Regime dos operadores turísticos

- BO Nº 11 I SÉRIE DE 19 DE ABRIL DE 2004

Portaria nº 8/2004 de 19 de Abril - Emissão de facturas e documentos equivalentes, processados por adequados programas informáticos e com saída em computadores

Despacho de 8 de Abril de 2004 – Isenção completa do IVA sobre transmissão do chamado pão ordinário



Despacho de 8 de Abril de 2004 – Fixado em 250.000\$00 o valor mínimo do crédito de imposto a ser solicitado o reembolso

-BO Nº 14 I SÉRIE DE 20 DE MAIO DE 2004

Decreto-Lei n.º 16/2004 de 20 de Maio – Regime especial de exigibilidade do IVA às empreitadas de obras públicas em que o dono da obra é o Estado

Decreto-Lei n.º 17/2004 de 20 de Maio – Isenção do IVA nos contratos de construção civil celebrados antes da entrada em vigor do IVA

Decreto-Lei n.º 18/2004 de 19 de Maio – Alteração dos Decretos-Leis n.ºs 62/2002, 63/2003, 64/2003 e 65/2003

- BO Nº 3 DE 17 DE JANEIRO DE 2005

Decreto-Lei n.º 3/2004 de 17 de Janeiro – Alteração do Decreto-Lei n.º 63/2003 Preços fixados por Autoridade Pública

Decreto-Lei n.º 88/2005 de 26 Dezembro - Projectos de cooperação internacional

-BO Nº 2 DE 11 DE JANEIRO DE 2007 – LEI ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2007

São alterados o n.º 4 do artigo 4º, a subalínea iv da alínea b) do n.º 1 do artigo 19º, a alínea b) do n.º 6 do artigo 21º, o artigo 43º, e o n.º 3 do artigo 77º todos do Regulamento do IVA, aprovado pela Lei n.º 21/VI/2003, de 14 de Julho

São alterados o n.º 1 do artigo 9º e o n.º 2 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 65/2003, de 30 de Dezembro, que aprova o Regulamento do Pagamento e Reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado

São aditados os n.ºs 4 e 5 ao artigo 12º do Decreto-Lei n.º 65/2003, de 30 de Dezembro, que aprova o Regulamento do Pagamento e Reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado,

Lei n.º 20/VII/2007 de 28 de Dezembro

- BO Nº 32 I SERIE DE 28 DE JUNHO DE 1999

Resolução nº 125/V/99 Aprovação para ratificação a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde.

- BO Nº 1 I SÉRIE DE 21 DE JANEIRO DE 2013

Lei nº 26/VIII/2013 A prova os princípios e regras aplicáveis aos benefícios fiscais, estabelece o seu conteúdo e fixa as respectivas regras de concessão (Código de Benefícios Fiscais)

- BO Nº 20 I SÉRIE DE 12 DE JULHO DE 2004

Regime Jurídico do mecenato

- BO Nº 32 I SÉRIE DE 25 DE OUTUBRO DE 2004

Regulamenta o regime de mecenato em ordem a permitir a sua aplicação no domínio de cultura.

- BO Nº 45 I SÉRIE DE 8 DE DEZEMBRO DE 2008

Aprova o código do imposto de selo

- BO Nº 70 I SÉRIE DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o novo código do IVA

-BO Nº 2 I SÉRIE DE 8 DE JANEIRO DE 2014

Aprova o Modelo 106 e respectivos anexos

# ANEXOS

## Anexo I – Apuramento do resultado fiscal

### Quadro VIII - Apuramento do resultado fiscal

	2013	2012	2011	2010	
1. RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.726.434,00	21.858.340,00	20.144.644,00	29.282.809,00	ENQUA. LEGAL
2. PROVEITOS NÃO TRIBUTÁVEIS					
2.1 UTILIZAÇÃO PROVISÕES PARA IMPOTOS/ LUCRO EXERCÍCIO ANTERIOR					ART. 26 RIUR
2.2 REPOSIÇÃO PROVISÕES TRIBUTADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					ART. 26 RIUR
SOMA	-	-	-	-	
3. CUSTOS INACEITÁVEIS PARA EFEITOS FISCAIS					
3.1. AS REINTEGRAÇÕES E MORTIZAÇÕES NÃO CONTABILIZADAS COMO CUSTO OU PERDAS					ART.33º a) RIUR
3.2. REINTEGRAÇÕES E AMORTIZAÇÕES PARA ALÉM DO LIMITE LEGAL			254.089,00	579.547,00	ART.33º b) RIUR
3.3. PROVISÕES PARA ALÉM DO LIMITE LEGAL					ARTº 33 e) RIUR
3.4. CREDITOS INCOBRÁVEIS					ART. 39º RIUR
3.5. PROVISÕES PARA IMPOSTO SOBRE LUCROS	2.251.009,00	7.286.113,00	6.842.695,00	9.765.587,00	ART.33º e 38º RIUR
3.6. IMPORTANCIA DE MULTAS POR INFRAÇÕES FISCAIS					ART.33º h) RIUR
3.7.TAXA INCENDIO					ART. 29º
3.8.COMUNICAÇÃO	75.000,00	104.346,00	114.418,00	91.695,00	ART. 33 i) RIUR
3.9.EXCESSO DE DESPESAS COM O PESSOAL			260.253,00		ARTº29
3.10 COMBUSTÍVEL					ART. 33 i) RIUR
3.11 PERDAS IMPUTÁVEIS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	26.594,00		215.630,00	13.950,00	ARTº 26 RIUR
3.12 INSUFICIENCIA DA ESTIMATIVA PARA IMPOSTO	85.986,00	158.495,00	173.030,00		ART29 RIUR
SOMA	2.326.009,00	7.390.459,00	7.860.115,00	10.450.779,00	
4. LUCRO OU PREJUÍZO FISCAL	9.052.443,00	29.248.799,00	28.004.759,00	39.733.588,00	
6. DEDUÇÕES PREJUÍZOS EXERCÍCIOS ANTERIORES					ART. 47º RIUR
7. APURAMENTO DA MATÉRIA COLECTÁVEL	9.052.443,00	29.248.799,00	28.004.759,00	39.733.588,00	
8. COLECTA	2.263.110,75	7.312.199,75	7.001.189,75	9.933.397,00	
9.TAXA INCENDIO	45.262,22	146.244,00	140.023,80	198.667,94	

Fonte: Elaboração própria com base Demonstrações Financeiras da Transcor SV, SA

## **Anexo II – Despacho nº 8/2006 Regulamento preço e tarifas**



### **DESPACHO N.º 08/06**

O Decreto-Lei n.º 30/2004, de 26 de Julho que aprova o Regime Jurídico dos Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros veio regulamentar o transporte colectivo urbano de passageiros, com vista a impor ordem e disciplina nas carreiras e aumentar os índices de qualidade e segurança na circulação rodoviária.

Considerando a necessidade imperiosa de estabelecer a metodologia a que deve respeitar o cálculo das tarifas, os procedimentos de indexação e revisão bem como a aplicação dos mesmos às empresas concessionárias do transporte colectivo urbano de passageiros,

Considerando que a regulamentação supra referida constitui condição essencial a realização do concurso público de linhas;

A Agência de Regulação Económica, no uso da faculdade conferida pela alínea a) do nº 1 do Decreto-Lei n.º 27/03 de 25 de Agosto e artigos 3º, n.º 2 e 4º do Decreto-Lei n.º 30/04 de 26 de Julho, determina o seguinte:

1. É aprovado o Regulamento de Preços e Tarifas dos Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros, que faz parte integrante do presente despacho e baixa assinado pelos membros do Conselho de Administração da Agência de Regulação Económica.
2. O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em reunião de Conselho de Administração.

Publique-se.

João Renato Lima  
Presidente do Conselho de Administração

Terêncio Gregório Alves  
Administrador

Daniel Novo Jesus dos Santos  
Administrador

### **Anexo III – ARE ajusta preços de tarifas conforme nova base de incidência do IVA**



A Agência de Regulação Económica (ARE), de acordo com a nova base de incidência do IVA aprovada pelo Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2013, procedeu à adequação dos preços de todos os serviços regulados por ela, com entrada em vigor a partir das 00 horas do dia 1 de Janeiro.

O OGE de 2013, aprovado pela Lei nº 23/VII/2013 de 31 de Dezembro altera, no artigo 32º, a base de incidência do IVA para as transmissões de combustíveis, energia eléctrica, água potável distribuída em rede pública, transporte rodoviário de passageiros, dentre outros.

A nova base de incidência do IVA será de 100% do valor tributável dos referidos serviços regulados pela ARE, com excepção do gás butano, em que a base de incidência sobre o valor tributável permanece a 16,65%.

Assim, e ao abrigo do disposto no nº 11º do Decreto-lei n.º27/03 de 25 de Agosto, a ARE procedeu à adequação dos preços e tarifas dos serviços de água, energia eléctrica, produtos petrolíferos e transporte colectivo de passageiros, à nova base de incidência do IVA.

## Anexo IV - Guião questionário

### QUESTIONÁRIO SOBRE O USO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS - TRANSCOR SV, SA -

Este questionário é aplicado no âmbito de um trabalho de fim de curso que será apresentado no mês de Abril de 2014 no ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais. O objectivo do trabalho é analisar o impacto das alterações da base tributária do IVA, introduzido com aprovação da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2013, nos produtos com preços fixos pela autoridade administrativa. Com este questionário pretendo avaliar as razões que estarão na origem da decisão de deixar de utilizar ou diminuir a utilização dos serviços de transporte terrestre de passageiros fornecidos pela empresa “TRANSCOR - SV, SA.”

Antes de mais, agradeço o preenchimento deste questionário. As respostas devem representar a sua opinião pessoal e sobre a mesma garantimos a completa confidencialidade.

Para não se enganar a assinalar a sua resposta, deverá riscá-la com uma cruz e preencher o círculo correspondente à resposta que pretende dar.

#### Questões

##### Residência:

Centro de cidade .....	<input type="checkbox"/>	Horta seca/ R <sup>a</sup> Julião .....	<input type="checkbox"/>	Madeiralzinho / Fonte Meio .....	<input type="checkbox"/>
Chã Alecrim .....	<input type="checkbox"/>	Fonte Francês .....	<input type="checkbox"/>	Alto São Nicolau .....	<input type="checkbox"/>
Ribeirinha .....	<input type="checkbox"/>	Monte Sossego / Monte .....	<input type="checkbox"/>	Ribeira Bote/ Alto Sentina .....	<input type="checkbox"/>
Fernando Pó / R <sup>a</sup> Craquinha .....	<input type="checkbox"/>	Fonte Inês / Cruz / Espia .....	<input type="checkbox"/>	Alto Solarino / Fouto Conego .....	<input type="checkbox"/>
Bela Vista / Pedra Rolada .....	<input type="checkbox"/>	Vila Nova / Lombo Tanque .....	<input type="checkbox"/>	Outros Sítios .....	<input type="checkbox"/>

##### Ocupação:

- Trabalhador ..... ☐
- Estudante ..... ☐
- Desempregado ..... ☐ (Se sim, ignorar por favor, a pergunta 3)
- Aposentado..... ☐

##### Local (zona) de trabalho:

Centro de cidade .....	<input type="checkbox"/>	Horta seca/ R <sup>a</sup> Julião .....	<input type="checkbox"/>	Madeiralzinho / Fonte Meio .....	<input type="checkbox"/>
Chã Alecrim .....	<input type="checkbox"/>	Fonte Francês .....	<input type="checkbox"/>	Alto São Nicolau .....	<input type="checkbox"/>
Ribeirinha .....	<input type="checkbox"/>	Monte Sossego / Monte .....	<input type="checkbox"/>	Ribeira Bote/ Alto Sentina .....	<input type="checkbox"/>
Fernando Pó / R <sup>a</sup> Craquinha .....	<input type="checkbox"/>	Fonte Inês / Cruz / Espia .....	<input type="checkbox"/>	Alto Solarino / Fouto Conego .....	<input type="checkbox"/>
Bela Vista / Pedra Rolada .....	<input type="checkbox"/>	Vila Nova / Lombo Tanque .....	<input type="checkbox"/>	Outros Sítios .....	<input type="checkbox"/>

##### Usa os serviços da TRANSCOR SV, SA?

- Sim ..... ☐ (Se sim, Fim do Questionário. Obrigada.)
- Sim, com menos frequência ..... ☐ (Se sim, passe para a pergunta 8)
- Não ..... ☐
- Deixei de utilizar ..... ☐ (Se escolheu esta opção passe, por favor para a pergunta Nº 6)

. **Tipo de produto que utiliza?** (assinale com um "X" A modalidade mais utilizada)

Bilhete	Passe			
	Estudante	Jovem	Trabalhador	Terceira idade

. **Deixou de utilizar esses serviços quando?**

- Antes de finais de 2012 ..... ☐
- Depois de Início de 2013 ..... ☐

. **Dos motivos seguintes escolhe aquele que melhor identifique com a razão de ter deixado de utilizar o serviço prestado pela TRANSCOR SV, SA.**

- Aumento de preço do serviço ..... ☐
- Obtenção de transporte próprio ..... ☐
- Mudança de local de residência / trabalho..... ☐
- Outros ..... ☐

. **Utiliza com menos frequência desde quando?**

- Antes de finais de 2012 ..... ☐
- Depois de Início de 2013 ..... ☐

. **Dos motivos seguintes escolhe aquele que melhor identifique com a razão de ter passado a utilizar com menos frequência o serviço prestado pela TRANSCOR SV, SA.**

- Aumento de preço do serviço ..... ☐
- Obtenção de transporte próprio ..... ☐
- Mudança de local de residência / trabalho..... ☐
- Outros ..... ☐

. **Conhece os motivos do aumento do preço dos serviços em 2013?**

- Sim ..... ☐ Qual é?.....
- Não ..... ☐

. **Sabe que no preço do serviço está incluído o IVA?**

- Sim ..... ☐
- Não ..... ☐

. **Qual é a sua opinião sobre o nível do preço do serviço?**

- Justo ..... ☐
- Baixo ..... ☐
- Alto ..... ☐

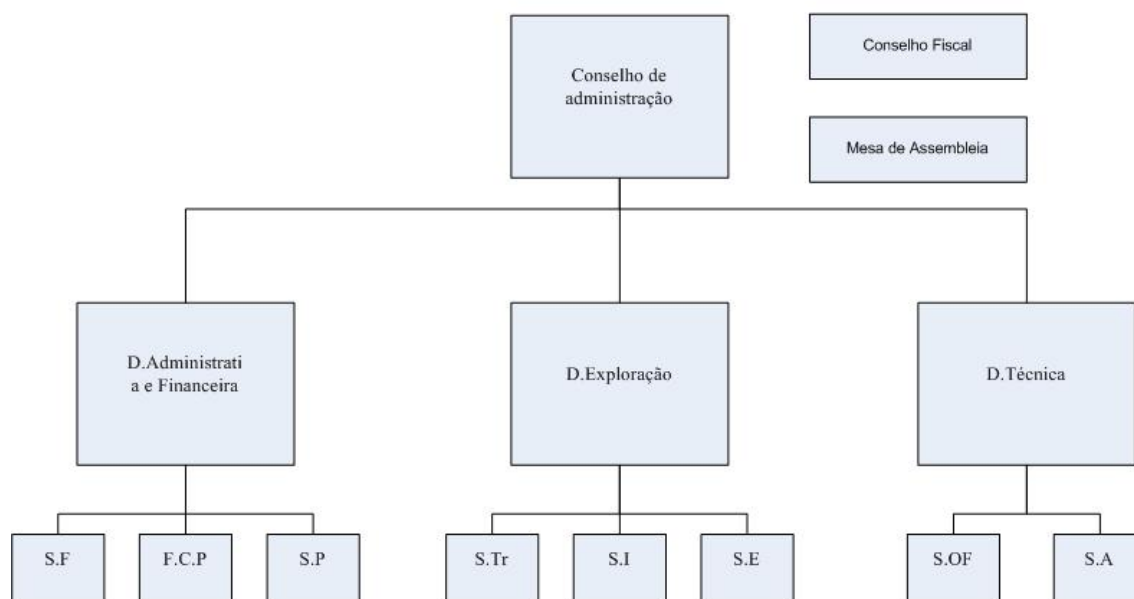
brigado pelo seu tempo.

Zenaida Duarte



## Anexo V – Organigrama da empresa

### ORGANIGRAMA



Fonte: Transcor SV, SA

#### Siglas:

CA – Conselho de administração

DAF – Direcção administrativa e financeira

DE - Direcção de exploração

DT - Direcção técnica

SF – Serviços financeiros

FCP – Facturação controlo e programação

SP – Serviço de pessoal

ST – Serviço de tráfego

SI – Serviço de inspecção

SE - Serviço de estatística

SO - Serviço oficial

SA - Serviços de armazém

## **Anexo VI – Pedido do reembolso do IVA à DGCI**

TRANSCOR S. VICE

Av. Manuel Matos C. P n' 172

82324482, 231 5232 fax 23

E-mail Transcorsv@cvtelecom

S.Vicente - Cabo Verde

C/C. DGCI S.VICENTE

A

DIRECÇÃO GERAL DAS CONTRIBUIÇÕES

E IMPOSTOS

PRAIA

NI Refi 0041AFII3

Mindelo, 04 de Fevereiro de 2013

### **Assunto:**

Agradecemos a prontidão da V/resposta as informações solicitadas para esclarecimento do pagamento do reembolso do IVA efectuado através de transferência bancária do BCA no montante de 24.245.522\$00, conforme V/ref. 615/DGCI/2012.

Seguindo as informações fornecidas por V. Exas, continua a existir uma diferença de 1.627.637\$00 (um milhão. Seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e trinta e sete escudos), que para um esclarecimento definitivo enviamos um quadro em anexo dos registos dos nossos dados que poderão servir de base para o esclarecimento final.

Além do quadro para esclarecimento do referido pagamento, enviamos outro de pedidos de reembolsos por receber no montante de 5.949.800\$00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e nove mil, oitocentos escudos), o que solicitamos a sua liquidação.

Sem outro assunto subscrevemos com os nossos respeitosos cumprimentos.

De V. Exa

Muito atenciosamente

Direcção Administrativa e Financeira

#### **Anexo VII – Extracto de entrevista da Senhora Ministra de Finanças de Cabo Verde**

**“Tesouro tem condições de assumir todos os seus compromissos. Sempre!”**

Os atrasos registados no reembolso do IVA e na restituição do IUR não resultam de quaisquer problemas financeiros do Tesouro do Estado, que tem todas as condições para, sempre e a qualquer momento cumprir os seus compromissos. Esta é uma das principais ideias que ressaltam desta grande entrevista com a Ministra das Finanças e do Planeamento, que adianta que se não houvesse o problema da fraude e da evasão fiscais, as restituições do IVA já teriam ocorrido há muito tempo. Cristina Duarte analisa igualmente a proposta de OE para 2013, explica as medidas fiscais preconizadas, nomeadamente o alinhamento de todas as taxas do IVA à volta dos 15 por cento, põe em causa as queixas de perseguição fiscal alegadas pelas empresas, dá conta da quebra das receitas do Estado em 2012 e revisita a Dívida Externa para reafirmar a sua sustentabilidade. A Governante fala ainda da situação da ELECTRA e da TACV, defendendo um Plano de Resgate para a companhia aérea.

#### **Quanto ao IVA?**

A história do IVA, como é óbvio, é diferente. Há três anos, em 2009, a Administração Tributária começou a ser confrontada com um fenómeno estranho, que em Portugal é conhecido como o Carrossel do IVA. Isso aconteceu porque algumas reformas levadas a cabo pelo Governo para melhorar o ambiente de negócios em Cabo Verde, designadamente as facilidades introduzidas na criação de empresas, começaram a ser utilizadas de forma indevida.

### **Empresas fantasmas**

Criaram-se muitas Empresas Fantasmas, destinadas a produzir facturas fictícias para empolar os montantes a serem reembolsados em sede do IVA. Confesso que em 2009/2010, a DGCI não estava preparada para esse novo fenómeno e demorou algum tempo a entender o que se estava a passar e, no fim, contactou Portugal, apresentando alguns dos sintomas registados.

E foi graças à colaboração que existe entre os Ministérios das Finanças (MF) dos dois países que compreendemos que estávamos a enfrentar um fenómeno novo de fuga e evasão fiscais. Identificado o problema começámos a trabalhar, e neste momento já arrumámos a casa no que respeita a 2007 e 2008, e a DGCI terá condições de iniciar o reembolso, aos contribuintes que efectivamente têm dinheiro para receber, agora em Novembro. E, aqui, eu gostaria de frisar bem que os atrasos no reembolso do IVA nada têm a ver com eventuais problemas na tesouraria do Estado, porque tais problemas não existem.

Relacionam-se simplesmente com a busca de transparência com a qual a Administração Fiscal deve trabalhar. Não é justo – e de novo gostaria de sublinhar esta declaração – pegar em grande parte dos impostos pagos pelos contribuintes e reembolsar mecanismos de fraude e de evasão fiscal. Não é correcto.

E o que estamos neste momento a fazer é proceder ao cruzamento de informações para que o processo de reembolso seja feito com toda a justiça. Neste capítulo, já encerrámos as contas de 2007 e 2008, e estamos a atacar 2009. Nesse âmbito, estamos a levar a cabo, agora, um processo amplo de desmaterialização e digitalização das facturas, para que possamos proceder ao cruzamento das informações respeitantes a esse período.

E quais são os montantes referentes ao IVA de 2007 e 2008 que devem ser reembolsados agora em Novembro?

Neste momento, o valor que está pronto a ser entregue aos contribuintes é de cerca de 200 mil contos. Mas no total, para ser mais abrangente e englobando os últimos quatro anos, ou seja, 2008, 2009, 2010 e 2011, o montante reclamado é de cerca de 700 mil contos. Mas há duas coisas que gostaria que saíssem de forma muito clara nesta entrevista...

### **Fraude e evasão**

Sairão com a clareza com que a Sra. Ministra conseguir formulá-las.

Muito bem. Em primeiro lugar, se não houvesse este problema de fraude e evasão fiscal, esta questão já estaria resolvida. É que a maior parte das empresas que têm dinheiro a receber em sede do IVA são devedores fiscais, o que quer dizer que grande parte do reembolso vai ser feito através do encontro de contas, e isto leva-nos a prever que essa devolução não terá um impacto muito significativo na tesouraria do Estado...

### **E, pelos vistos, tampouco na tesouraria das empresas...**

Provavelmente. Em segundo lugar, gostaria de dizer com toda a assertividade que há dotação orçamental, na rubrica Encargos Comuns, para processar essa despesa. Em resumo, não é uma questão de dotação orçamental nem é um problema de tesouraria. Trata-se, simplesmente, de justiça tributária, porque, volto a dizer não nos prestamos a utilizar os recursos dos contribuintes para financiar mecanismos de fraude e evasão fiscais.

### **Volto a insistir nos prazos...**

Esperamos começar o mais depressa possível o processo de desmaterialização das facturas, e os reembolsos de 2009 e 2010 poderão ocorrer ainda no primeiro trimestre de 2013.

As empresas queixam-se de uma forte perseguição por parte da Administração Fiscal, que acusam de ter um comportamento puramente rentista. Como reage a essas críticas, que têm como base, entre outros, atrasos na devolução do IVA, alegadas cobranças

antecipadas por parte do fisco – antes de as empresas facturarem os clientes –, e exigências da totalidade do IVA em facturas cobradas a prestações pelas empresas?

Essas situações não acontecem em nenhum regime fiscal. Como sabe, no que respeita ao IVA, as empresas são puras intermediárias. Logo, esse imposto não é um custo da empresa, que se limita a recolhê-lo junto do cliente e a repassá-lo ao Estado. Neste caso, a minha questão é: porque é que não repassam?

As situações referidas foram-nos colocadas por inúmeros operadores económicos que por inerência são contribuintes fiscais com os quais falámos.

Então, vou-lhe dar só um exemplo: neste momento temos cerca de 450 mil contos de declarações do IVA feitas por empresas que, entretanto, não fizeram o respectivo pagamento. Isto significa que cobraram o IVA e transformaram essa arrecadação, que não lhes pertence, em disponibilidades próprias. Isso não pode acontecer.

### **Argumentos vazios**

Não pode! As empresas têm de entender que são puras intermediárias em matéria de IVA. Quanto à questão das cobranças antecipadas, não vejo como possam acontecer sendo o IVA um imposto sobre o Valor Acrescentado, que só se concretiza com a transacção. Neste caso, é a própria mecânica do IVA, tal como está montada e actua, que esvazia estes argumentos, que não têm qualquer razão

Fonte: Jornal a semana nº de 15 de Novembro de 2012